



# OAB-MT aprova por unanimidade apoio ao impeachment



O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) aprovou por unanimidade, a proposta de posicionamento institucional pelo impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff (PT) em sessão extraordinária do Conselho Pleno realizada no dia 17.

■ *Página -5*

## OAB-MT participa de manifesto pelo fim da corrupção e por menos impostos

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) participou da grande passeata realizada em Cuiabá, no dia 13 de março, em que reuniu toda a advocacia para pedir um “Basta à Corrupção e Mais Respeito Menos Impostos”.

■ *Página -6*



## OAB-MT conquista atendimento preferencial para gestantes no TJMT e no TRT-MT

Advogadas gestantes, lactantes e acompanhadas de crianças de colo conquistam a prioridade de atendimento no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MT) após solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT).

■ *Página -7*

## CAA/MT

## Desfile beneficente fecha com chave de ouro projeto Março Sempre Mulher

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) encerrou com chave de ouro o projeto Março Sempre Mulher. Um desfile beneficente, realizado no Business Prime Hotel, reuniu advogadas, filhos e dependentes de profissionais da advocacia que protagonizaram o evento prestigiado por mais de 200 pessoas. O convite foi uma lata de leite em pó para ser doada a entidade beneficente.

■ *Página-10*



# Manifesto em Defesa da Constituição Federal:

**E**

m outubro de 2015 o Brasil comemorou os 25 anos da Constituição Federal – Constituição Cidadã - que, atendendo à sociedade, tornou-se nosso maior símbolo da democracia. Resultante de um chamado das ruas, compreendeu direitos e deveres e foi além, ao trazer consigo que as conquistas mais profundas do povo não poderiam ser modificadas.

Em virtude de todos os avanços conquistados com a Constituição Federal, causa perplexo a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - que deveria atuar enquanto Guardião de nossa Constituição - de relativizar a cláusula pétrea da “presunção de inocência”.

Ao destacar de forma clara e taxativa, no inciso LVII do artigo 5º, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”, a Carta Magna assegura ao cidadão o direito de recorrer em liberdade a todas as instâncias judiciais.

O STF vai contra o que está disposto em nossa Constituição Federal ao permitir o encarceramento do condenado após julgamento em 2ª instância e também abre um precedente perigoso em que é possível desconsiderar um direito fundamental e a flexibilização de qualquer outra cláusula pétrea.

Vale ressaltar aqui que coube ao Judiciário o papel de guardar as leis, uma vez que o Legislativo, este sim, composto por representantes do povo, é quem tem a prerrogativa de legislar. E mesmo no seu momento mais efervescente, a democracia estabeleceu limites para que até mesmo esse legislador não tivesse o condão de ferir seus direitos e garantias fundamentais conquistados sob duras penas.

O melhor exemplo para definir que “todos são inocentes até que se prove o contrário” partiu do próprio ministro Celso de Mello, ao lembrar que 25% dos recursos penais que chegam ao Supremo são acolhidos, tendo, portanto, a decisão condenatória reformada.

Quando o próprio STF, que deveria proteger nossa Constituição Federal, a coloca em xeque, quem, se não a própria sociedade, pode cobrar seus direitos? É dever

da Ordem dos Advogados do Brasil se manifestar para defender a garantia dos direitos de nossa sociedade. Não cabe aqui que seja o cidadão a pagar o preço pela morosidade da Justiça brasileira.

Não podemos admitir sequer que o STF coloque nos ombros do cidadão a culpa que, ele próprio, Guardião da Constituição e órgão maior do Judiciário brasileiro, deveria sustentar pela falta de ação do sistema judiciário.

É clamor sim da sociedade a punição dos culpados, mas não a qualquer preço. A privação de liberdade é a pena máxima no nosso país, sendo também o direito de ir e vir uma garantia fundamental. E se o constituinte tivesse previsto a pena de morte como a maior penalidade brasileira? Também aceitaríamos calados a morte de milhares de brasileiros sem que restassem esgotadas as suas possibilidades de se defender?

Os danos de que trata referida decisão são irreversíveis, não apenas para réus e condenados, porque ferem de morte a nossa Constituição. Tão irreparável quanto a pena máxima a um possível inocente, é a ferida profunda na cláusula pétrea da nossa Carta Magna.

A advocacia, invocando seu papel constitucional de indispensável à administração da Justiça, e em nome do compromisso de defender a Constituição e a ordem jurídica, por meio da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) e entidades abaixo, repudia o atentado cometido à cláusula pétrea da presunção de inocência e manifesta a necessidade do Supremo Tribunal Federal retomar seu papel de guardião dos direitos fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Cuiabá-MT, 17 de março de 2016

**Ordem dos Advogados do Brasil  
- Seccional Mato Grosso (OAB-MT)  
Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-MT  
Associação dos Advogados de Mato Grosso (AAMT)**

## DIRETORIA OAB/MT

### Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

### Vice-Presidente

Flávio José Ferreira de Souza

### Secretário-Geral

Ulisses Rabaneda dos Santos

### Secretária-Geral adjunta

Gisela Alves Cardoso

### Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Daltro

### Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior  
Gabriela Novis Neves Pereira Lima  
Joaquim Felipe Spadoni  
Josemar Carmerino dos Santos  
Liliana Agatha Hadad Simioni  
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

### Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi  
Alfredo José de Oliveira Gonzaga  
Alinor Sena Rodrigues  
Antônio Luiz Ferreira da Silva  
Betsy Polistchuck de Miranda  
Breno Augusto Pinto de Miranda  
Bruna Ergang da Silva  
Christian Jacks Lino Gasparetto  
Dinara de Arruda Oliveira  
Eduardo Alves Marcal  
Eduardo Marques Chagas  
Eduardo Ramsay de Lacerda  
Élbio Gonzalez

Elizete Bagatelli Gonçalves  
Ericson Cesar Gomes  
Fábio de Sá Pereira  
Fabio Luis de Mello Oliveira  
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio  
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo  
Fernando Henrique Machado da Silva  
Flávia Carrazzone Ferreira  
Flaviano Kleber Taques Figueiredo  
Francys Ricardo Menegon  
Gildo Capeleto  
Hélio Machado da Costa Júnior  
Hélio Nishyama  
Igor Girardi Faria  
Ivo Matias  
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior  
José Eduardo Polisel Gonçalves  
José Patrocínio de Brito Júnior  
José Sebastião de Campos Sobrinho  
Juliana Ribeiro Salvador  
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho  
Luis Filipe Oliveira de Oliveira  
Luis Henrique Nucci Vacaro  
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior  
Luiz da Penha Corrêa  
Marisol Nespoli  
Mauro Paulo Galera Mari  
Mauro Portes Júnior  
Nelson Aparecido Manoel Júnior  
Paula Regina de Toledo Ribeiro  
Pedro Martins Verão  
Regina Célia Sabioni Lourimier  
Reinaldo Américo Ortigara  
Ricardo Ferreira Garcia  
Ricardo Moraes de Oliveira  
Roberta Vieira Borges  
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo  
Rogério Lavezzo  
Samir Dartanhan Ramos  
Samir Hammoud  
Sandro Luis Costa Saggin

Selma Cristina Flores Catalan  
Selma Pinto de Arruda Guimarães  
Sirlene de Jesus Bueno  
Suerika Maia de Paula Carvalho  
Tânia Regina Ignotti Faiad  
Tatiane de Barros Magalhães  
Valdir Miquelin  
Vinícius Dall Comune Hunhoff  
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

### 1ª Câmara Julgadora

**Presidente:** Flavio José Ferreira  
**Membros:** José Patrocínio de Brito Junior  
Jose Eduardo Polisel Gonçalves  
Eduardo Ramsay De Lacerda  
Ricardo Moraes de Oliveira  
Tania Regina Ignotti Faiad

### 2ª Câmara Julgadora

**Presidente:** Ulisses Rabaneda dos Santos  
**Membros:** Pedro Martins Verão  
Luiz da Penha Correa  
Breno Augusto Pinto de Miranda  
Hélio Machado da Costa Junior  
Eduardo Alves Marçal

### 3ª Câmara Julgadora

**Presidente:** Gisela Alves Cardoso  
**Membros:** Jose Sebastião de Campos So-  
brinho  
Fernando Augusto Vieira Figueiredo  
Roberta Vieira Borges  
Antônio Luiz Ferreira da Silva  
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

### Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT)

#### Presidente

Itallo Gustavo de Almeida Leite

#### Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

#### Secretário-Geral

Ana Carolina Naves Dias Barchet

#### Secretária Geral-adjunto

José Luiz de Aguiar Bojikian

#### Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

#### Diretores

Ariane Martins Fontes  
Clarissa Lopes Dias  
Gisele Gaudêncio Alves da Silva  
Raquel Cristina Rockenbach Bleich  
Viviane Cristine Caldas

### Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

#### Diretor Presidente

Marco Antônio Lorga

#### Diretor-Adjunto

Bruno Devesa Cintra

#### Secretário-Geral

Sílvio Soares da Silva Junior

#### Secretária-Geral Adjunta

Marina Ignotti Faiad

**Contatos:** (65) 3613-0956/0957

## EXPEDIENTE

### Jornalistas:

Marianna Marimon - DRT/MT 2086  
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604

**Fotografias:** Kamila Martins, Fotos da Terra e Assessoria de Imprensa OAB/MT

**Diagramação e Editoração:** Cláudio Castro - DRT/MT 351



### Contatos Assessorias de Imprensa:

**OAB/MT** - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

### Mídias sociais:

www.facebook.com.br/oabmt  
www.facebook.com.br/oabmatogrosso  
www.twitter.com.br/oabmt

**CAA/MT** (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br  
www.facebook.com.br/caaoabmt

**Publicidade:** Boletim Informativo - Comunicação Institucional

**Tiragem:** 15.000 exemplares

**OAB Mato Grosso** - Avenida Mário Cardi Filho, s/n - Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921



# Ato em defesa da Constituição debate efeitos da decisão do STF

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAAMT) e a Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESAMT) promoveram um Ato em Defesa da Constituição no dia 17 de março.

No dia 17 de fevereiro, causou perplexidade a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu o encarceramento de réu condenado após em julgamento de segunda instância, em afronta ao princípio constitucional da Presunção de Inocência.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos apresentou um manifesto em Defesa da Constituição Federal e da cidadania e ressaltou o dever da Ordem de proteger a sociedade e seus direitos conquistados.

“Não podemos permitir que um direito conquistado pela sociedade brasileira seja relativizado. Mesmo a sociedade aplaudindo decisões como essa, a Ordem não deixará que a sociedade aceite ter seus di-

reitos relativizados”, afirmou.

Isso porque, ao não observar o inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal, que dispõe que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”, a decisão do STF abre precedente para a flexibili-

zação de uma cláusula pétrea.

Com o objetivo de discutir a questão não apenas do ponto de vista jurídico, mas também levantando as questões sociais, foi realizado um debate com a participação de mais de 300 estudantes de direito.

Mediados pelo conselheiro esta-

dual Ricardo Oliveira, os advogados Ulisses Rabaneda, Giovani Santin e Sandra Cristina Alves abordaram os diversos aspectos que a medida pode causar.

Diante da situação, a OAB Nacional já estuda a possibilidade de propor uma Ação Declaratória de

Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ou uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), no entanto, Rabaneda alerta para a necessidade de cautela quanto à medida.

Uma vez que a decisão partiu da última instância do Judiciário brasileiro, Sandra ressaltou que uma das alternativas para questionar sua legitimidade é justamente levar a questão para a sociedade, a fim de que a população possa entender as consequências da medida.

“É muito triste nos depararmos com uma decisão do STF que diz que é preciso ouvir a voz das ruas, mas fecha os olhos para o sistema genocida que é o nosso sistema penitenciário. Trata-se de uma decisão irresponsável pelas consequências que ela pode gerar”, destacou Santin.

Rabaneda ressaltou que, somente em 2015, nos Estados Unidos, que contam com um sistema investigativo mais apurado que o brasileiro, 149 presos foram libertados por erro judiciário, após serem reconhecidos inocentes.

Além da ampliação do debate com a comunidade acadêmica, o evento arrecadou alimentos não perecíveis e pacotes de fraldas.



## TJ atende OAB-MT e prazo para PJe é 25 de abril

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) conseguiu a dilação de prazo junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) para o início do uso obrigatório do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), no âmbito do 2º grau do poder judiciário. A OAB-MT havia solicitado em ofício a dilação em 180 dias, contudo o TJMT estendeu a nova data para 25 de abril.

A Portaria nº 159/2016 passou a vigorar no dia 21 e com isso a revogação da Portaria nº 95/2016 em que altera a data de obrigatoriedade do PJe e o presidente do TJMT, desembargador Paulo Cunha considerou a solicitação da OAB-MT para atender ao pleito.

Com isso, a partir das 12h do dia 25 de abril, todos os processos de competência da Terceira e Quarta Câmaras Cíveis de Direito Público, bem como na Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e

Coletivo, deverão obrigatoriamente, ser protocolados e distribuídos por meio do PJe, sejam recursos (a exemplo do Agravo de Instrumento) ou ações originárias (a exemplo do Mandado de Segurança e Ação Rescisória).

Já os recursos de apelação, por serem interpostos no juízo de origem, deverão observar a forma do processo recorrido. Assim, as apelações deverão ser interpostas de forma física nos processos que tramitam fisicamente e de forma eletrônica nos processos que tramitam no sistema PJe.

Os recursos e ações originárias protocoladas de forma física até 12h do dia 25, incluindo seus incidentes, tramitarão de forma física até seu arquivamento. Os processos que forem protocolados após este horário e data não serão distribuídos.

A Secretaria Auxiliar da Presidência do TJMT irá intimar a parte autora, por publicação no Di-

ário da Justiça Eletrônico (DJE), para que promova a retirada do processo não distribuído no prazo de até 45 dias. Transcorrido

este prazo de devolução dos documentos, estes serão descartados.

A Portaria também determina que os man-

dados expedidos sejam encaminhados eletronicamente à Central de Mandado do Tribunal de Justiça. Os casos não

disciplinados por esta Portaria serão resolvidos pelo Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico.



# OAB-MT requer providências quanto à atuação indevida do advogado-geral da União

■ A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) protocolou requerimento junto ao Conselho Federal da OAB no dia 28, para que sejam adotadas as medidas cabíveis em face do advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo.

Durante reunião extraordinária do Conselho Federal, no último dia 18 de março, para deliberação acerca da denúncia protocolada contra a presidente Dilma Rousseff por suposta prática de crimes de responsabilidade, o advogado-geral da União requereu sustentação oral para prestar informações em nome da chefe do Executivo.

Na ocasião, Cardozo sustentou que iria prestar informações em nome da presidente que, porventura, sejam consideradas pertinentes em respeito ao princípio fundamental da presunção de inocência e do direito à ampla defesa e ao contraditório.

Durante a reunião, o advogado-geral da União realizou defesa eloquente e efusiva da atual mandataria, afirmando não haver indícios da prática de crimes de responsabilidade que ensejassem o processo de impeachment.

Contudo, em seu artigo 131, a Constituição Federal destaca que a Advocacia Geral da União (AGU) é instituição responsável por representar a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

Desta forma, a OAB-MT sustenta que, em atenção aos preceitos constitucionais e legais, não poderia e não pode o advogado-geral da União servir de advogado pessoal da presidente da República em acusações relacionadas à prática de crimes de responsabilidade que tenham sido, eventualmente, por ela praticados.

Conforme denúncia protocolada pela própria

OAB à Câmara dos Deputados, a presidente teria incorrido na prática dos crimes previstos no artigo 85 da Constituição Federal, atentando, portanto, contra a Carta Magna, a União e a sociedade brasileira.

A Lei Complementar Nº 73/90, que traz em seu artigo 4º as atribuições do advogado-geral da União, elenca as atividades representativas da União, que, caso comprovada a prática de crimes de responsabilidade, seria ela própria a vítima.

Dessa forma, não pode ser possível que a AGU, cumprindo seu dever constitucional de defender o Estado, seja utilizada também para defesa pessoal de mandatário de cargo eletivo, ainda que seja ele o presidente da República.

Entre as acusações imputadas à presidente, seria a prática de crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária o que poderia vir a ensejar, em outra seara, a condenação ao ressarcimento dos cofres



públicos. Neste caso, por força da própria Constituição Federal, caberia à AGU, por meio da Procuradoria da Fazenda Nacional, a execução de eventuais débitos.

Para a OAB-MT, a utilização, por parte da presidente, do advogado-geral da União para fazer sua defesa pessoal, caracteriza nefasta utilização de

recursos públicos para benefício próprio. Por isso, requereu ao Conselho Federal que adote as providências para que Cardozo se abstenha de patrocinar a defesa pessoal de Dilma Rousseff em questões relacionadas às acusações de prática de crimes de responsabilidade, limitando sua atuação à defesa dos

interesses da União.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e o conselheiro federal Joaquim Spadoni protocolaram o documento no Conselho Federal no dia 28, em Brasília, onde participaram do ato de entrega da denúncia para o processamento de impeachment da presidente.



Leonardo protocola denúncia de impeachment em Brasília

## Presidente da OAB-MT propõe desagravo no Palácio do Planalto

■ O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Leonardo Campos, propôs ao Conselho Federal da Ordem a realização de um ato de desagravo no Palácio do Planalto e conseguiu a o apoio de todos os conselheiros federais e presidentes de seccionais.

A medida de Leonardo Campos é em repúdio às declarações do então ministro-chefe da Casa Civil, Jacques

Wagner, em conversa com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual usou palavras de baixo calão para se referir a entidade

“O novo chefe de gabinete manifestou total desrespeito pela entidade, justamente no que tange ao nosso dever de se posicionar e por isso fiz essa propositura”, declarou Leonardo.

De acordo com o presidente da seccional de Mato Grosso, a decisão sobre o desagravo deve ser realizada na

próxima sessão do Conselho Federal já que a pauta do dia 18 trata-se somente do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).

“O diálogo faz parte das interceptações telefônicas e mostrou a falta de respeito com que as autoridades tratam as instituições brasileiras, chamando atenção pelo fato de se tratar do titular e da pessoa cotada para assumir a Casa Civil, órgão responsável pelo relacionamento institucional do governo”, finalizou.

## Advogadas representam OAB-MT em comemoração ao Dia da Mulher em Brasília

■ A secretária-geral adjunta da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) Gisela Cardoso, a Conselheira Federal Gabriela Novis e a presidente da Comissão do Direito da Mulher Viviane Dutra, participaram do evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na sede do Conselho Federal em Brasília no dia 28.

A cerimônia em homenagem ao Dia da Mulher também oficializou a proclamação de 2016 como o Ano da Mulher Advogada. O presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia ressaltou a representatividade das mulheres na advocacia brasileira.

“Temos aqui hoje todas as legítimas representantes da advocacia brasileira é motivo de orgulho e honra. Cada vez mais precisamos afirmar e reafirmar a inclusão definitiva das mulheres nas instâncias deliberativas da nossa Ordem. Por isso, proclama-se o ano de 2016 como o ano da mulher advogada, com total protagonismo feminino”, disse.

Para a secretária-geral adjunta da OAB, Gisela Cardoso, a Seccional de Mato Grosso atua fortemente na garantia das prerrogativas e direitos da mulher advogada. “Neste mês de março foram realizados vários eventos em comemoração ao mês das mulheres e a OAB-MT continuará realizando ações em prol da valorização das mulheres advogadas”, disse.



# OAB-MT aprova por unanimidade apoio ao impeachment

O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) aprovou por unanimidade, a proposta de posicionamento institucional pelo impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff (PT) em sessão extraordinária do Conselho Pleno realizada no dia 17. A decisão foi levada ao Conselho Federal da OAB que se reuniu para votar a formalização da denúncia de crime de responsabilidade de que foi aprovada e apresentada à Câmara Federal no dia 28.

A decisão do Conselho Federal da OAB de entrar com pedido de impeachment, com o voto favorável de 26 das 27 bancadas de conselheiros federais foi ressaltada pelo presidente da Seccional Mato Grosso.

Conforme o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, a Seccional deci-

diu o apoio formal ao impeachment ao considerar as pedaladas fiscais, os pareceres do Tribunal de Contas da União (TCU) que demonstram tecnicamente a ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei Orçamentária.

“Levamos ao Conselho Federal o voto da Seccional de Mato Grosso para que efetue denúncia à Câmara Federal por crime de responsabilidade. Levamos em consideração as pedaladas fiscais, os pareceres do TCU que demonstram tecnicamente a ofensa a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orçamentária, que por sua vez caracteriza crime de responsabilidade fiscal”, explicou o presidente.

Conselheiro federal por Mato Grosso, Joaquim Felipe Spadoni explicou que todos os Estados possuem o mesmo peso na votação. “Cada Estado tem uma bancada de três conselhei-

ros federais e a votação é por bancada, cada Estado apresenta seu voto e a maioria prevalece. Mato Grosso tem a mesma representatividade que todos os Estados”, disse.

Para o presidente, a delação premiada do senador Delcídio Amaral (PT) estabeleceu o elo entre o Palácio do Planalto e as investigações da Operação Lava Jato.

“A delação do Delcídio é o elo do Palácio do Planalto com a Lava Jato, portanto o Planalto estava diretamente monitorando e participando de todo desenrolar da investigação, e com a nomeação suspensa pela Justiça Federal do ex-presidente Lula restou provar que o Palácio pretende ainda mais, dar um tapa na cara da sociedade brasileira rasgando o estado de direito, atraindo a competência para outro foro visando atravancar as investigações”, concluiu.



## OAB-MT reforça posição pró-impeachment em reunião com entidades

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Leonardo Campos participou de reunião organizada pelo Sistema da Federação da Agricultura e Pecuária (Famato) no dia 21, juntamente com entidades do agronegócio, comércio, indústria e serviços com o intuito de fortalecer o movimento pró-impeachment em Mato Grosso.

Com isso, o presidente apresentou os argumentos jurídicos que embasam o pedido de afastamento da presidente e citou as pedaladas fiscais e maquiagem dos balancetes.

“As pedaladas fiscais



configuram crime de responsabilidade, com alteração e maquiagem dos balancetes do governo federal, já caracteriza infração à Lei do Impeachment nº 1.079/50, que em seu artigo 4, diz que são crimes de responsabilidade, os atos contra à Constituição Federal, à probidade, à Lei Orçamentária e à guarda e legal emprego dos recursos públicos”, explicou Leonardo Campos.

O presidente do Sistema Famato/Senar, Rui Prado destacou que a reunião aconteceu com a união de todas as entidades. “Fizemos esse chamamento em parceria com outras federações e a classe política do nosso Estado para nos posicionarmos favoravelmente pela mudança”, disse Prado.

Ao término da reunião, foi decidida a elaboração de um documento com a anuência e assinatura de todas as entidades presentes. O documento será encaminhado à Câmara Federal e ao Senado, oficializando o apoio das entidades em favor do impeachment.

Além da Famato e OAB-

-MT, também participaram da reunião a Federação das Indústrias (Fiemt), a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Federação do Comércio (Fecomercio), Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja), Associação dos Criadores de Suíno (Acrismat), Associação dos Fornecedores de Cana (Assovale), Movimento Muda Brasil, Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras (Sindalcool), Federação das Associações Comerciais e Empresariais (Facmat), Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o senador José Medeiros, o deputado estadual Dilmar Dal’Bosco e o presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Maluf.

## OAB cria Grupo de Trabalho para apurar interceptações telefônicas

Diante dos desdobramentos da Operação Lava-Jato, um Grupo de Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi designado para estudar e adotar as medidas cabíveis em face da violação das prerrogativas profissionais envolvendo interceptações telefônicas de advogados no exercício da profissão.

De acordo com o art. 7º, II, da Lei Nº 8.906/94, é direito do advogado a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefô-

nica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.

Criado pela Portaria n 13/2016, o Grupo de Trabalho foi determinado após reunião extraordinária do Conselho Federal da OAB realizada na última sexta-feira (18) e poderá contar com atuação conjunta das Seccionais que solicitarem.

Presidente da OAB – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Leonardo Campos reforçou o posicionamento da entidade em repudiar qualquer violação ou quebra do sigilo nas conversas reservadas entre advogados e clientes.



# OAB-MT participa de manifesto pelo fim da corrupção e por menos impostos

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) participou da grande passeata realizada em Cuiabá, no dia 13 de março, em que reuniu toda a advocacia para pedir um “Basta à Corrupção e Mais Respeito Menos Impostos”.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos ressaltou que a entidade não discute o projeto na sua vertente política, pois não se fala de apoio a partido A ou B, e sim do combate à corrupção.

“Foi esse o mote que utilizamos quando fomos às ruas para pedir um fim à corrupção e contra o aumento da carga tributária. Não pode mais uma vez, o cidadão brasileiro ser responsabilizado por uma política econômica desastrosa colocada pelo governo federal, e não digo de A ou B, mas essa política é de uma sucessão de governos que traz a consequência agora”, avaliou.

Para o presidente é importante que a OAB-MT enquanto representante da sociedade civil se posicione contra os inúmeros casos de corrupção que estão sendo investigados no país.



**DIRETORIA**

# OAB-MT conquista atendimento preferencial para gestantes no TJMT e no TRT-MT



Advogadas gestantes, lactantes e acompanhadas de crianças de colo conquistam a prioridade de atendimento no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MT) após solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT).

A medida entrou em vigor no dia 3 no TJMT, garantindo a preferência das advogadas gestantes, lactantes e acompanhadas de crianças de colo nas audiências e julgamentos do Judiciário de Mato Grosso. Já no TRT-MT a medida começou a vigorar no dia 22 para garantir a prioridade no atendimento.

De acordo com o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, é motivo de grande comemoração a decisão o TJMT e deverá servir de exemplo para todo o país. "A sensibilidade, humanidade e bom senso que se espera dos julgadores foi,

sem dúvida, exteriorizada por essa corte ao expedir a presente resolução", ressaltou o presidente.

Secretária Geral Adjunta da OAB-MT, Gisela Alves Cardoso destaca a importância da medida. "Em razão dos requerimentos feitos pela ordem junto ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, as advogadas gestantes e lactantes terão preferência nas sustentações orais e audiências o que representa uma importante conquista".

Além da prioridade na sustentação oral, também será editada pelo TRT-MT uma Recomendação para que seja conferido o direito de preferência nas audiências realizadas nas varas da Justiça do Trabalho em Mato Grosso.

Conforme a Resolução 01/2016 do TJMT, as advogadas que se enquadram nessas situações, inclusive as que estão amamentando, terão preferência de horário nas audiências de primeiro

grau de jurisdição da Justiça de Mato Grosso e sessões do TJMT. Para isso, as interessadas deverão apresentar requerimento. Ainda, será observada a ordem de todos os pedidos formulados pelos demais beneficiários da Lei de Prioridade.

Com estas duas conquistas, a OAB-MT se consolida como pioneira na defesa dos direitos das mulheres. A iniciativa da entidade em solicitar esta preferência fez com que o TJMT também se tornasse pioneiro no país, ao acatar a proposta editando a resolução que garante o direito de prioridade.

Apesar do Conselho Federal da OAB, somente no ano passado, ter editado resolução para desconto ou isenção da anuidade de gestantes, Leonardo Campos implantou o benefício do "auxílio maternidade" ainda durante sua gestão á frente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAAMT), período em que mais de 600 advogadas foram beneficiadas.

## ATUAÇÃO

### OAB-MT reivindica melhorias no atendimento no Fórum de Cuiabá

As diretorias da OABMT e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) estiveram reunidas no dia 10, com a juíza diretora do Foro de Cuiabá e fizeram reivindicações visando melhorar o atendimento aos advogados e advogadas.

Participaram os presidentes da Ordem, Leonardo Pio da Silva Campos; do TDP, André Stumpf Jacob Gonçalves; o secretário-geral do TDP, Maurício Magalhães Faria Neto; e os membros Gilberto Scheir, Alex Martins Salvatierra e João Ricardo Moreira, além da juíza Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva.

O ponto principal foi em

relação aos depósitos de diligências dos oficiais de justiça no caixa eletrônico. Leonardo Campos frisou ser "inadmissível tal procedimento, levando em consideração a modernidade e facilidade de tudo ser realizado de forma on-line. A determinação de efetuar o depósito e juntar o comprovante original do caixa eletrônico representa um retrocesso, motivo pelo qual pedimos que essa decisão seja revista e permita aos advogados juntarem o comprovante emitido pela internet".

O presidente também solicitou à diretora do foro que reúna números de processos, juizes e servidores das varas de fazenda pública e enca-

minhe à Ordem. "A intenção é levantarmos todas as informações possíveis sobre essas varas e nos reunir com o presidente do Tribunal de Justiça para investir nesses locais. Temos recebido muitas reclamações de advogados acerca da morosidade nessas varas".

O presidente do TDP solicitou que medidas sejam adotadas para melhorar o acesso dos operadores do direito na recepção do fórum. "Seria ideal que fosse instalado sistema de biometria, pois todos os dias o advogado precisa se identificar na recepção", disse André Gonçalves.

Os integrantes do TDP também pleitearam a revo-



gação do ato que instituiu a apresentação do extrato do andamento processual nas varas. Conforme os advogados, quando o profissional apresenta o extrato retirado do terminal de consulta, o servidor confere no computador se ele é válido e, quando já levam o número anotado do escritório, recebem a informação que não podem ser atendidos se não porta-

rem o extrato. Outra solicitação é para que a diretoria do foro autorize o TDP a disponibilizar em todas as varas um "bolsão" de acrílico contendo um livro com as prerrogativas dos advogados. "Isso será fundamental para ambas as partes, ou seja, o servidor que se negar a praticar algum ato o advogado pode mostrar a ele seus direitos e

o profissional que solicitar algo pensando ser sua prerrogativa, o servidor pode verificar e apontar se tem ou não razão e tudo será resolvido na hora", destacou o presidente do TDP.

Por sua vez, a juíza Edleuza Zorgetti frisou que atuará junto ao TJMT para verificar a viabilidade de implantar as reivindicações feitas pelos representantes da Ordem.



### OAB-MT conquista prioridade de acesso a advogados no Fórum da Capital

Atendendo ao pedido formulado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), a diretora do Foro da Comarca de Cuiabá, juíza Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva deferiu o pedido que permite acesso direto dos profissionais da advocacia ao Fórum da Capital.

A partir de agora, advogados, advogadas e

estagiários inscritos na OAB poderão adentrar o Fórum da Capital mediante a apresentação de suas respectivas carteiras profissionais diretamente ao funcionário presente nas catracas de acesso ao prédio, sem necessidade de passar pela guarita central.

Ao deferir o pleito da OAB-MT, a magistrada levou em consideração as grandes filas que têm se

formado em frente à guarita central, dispensando, assim, os advogados de passar pelas mesmas, uma vez que possuem identificação própria para exercício da profissão.

Desta forma, o pedido da OAB-MT assegura mais agilidade aos advogados e, consequentemente, às demandas da sociedade.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos lembrou que esta era uma

das principais reclamações dos colegas. "As filas que se formam na guarita de acesso, além de tumultuar o local causam um grande desconforto. Os advogados, muitas vezes, chegam ao Fórum munidos de processos volumosos", ressaltou.

De acordo com ele, a medida demonstra bom senso da diretora do Foro, merecendo agradecimento e reconhecimento.



# Cojad apresenta ao MT Fomento projeto que cria linhas de crédito para jovens advogados

A Comissão do Jovem Advogado (Cojad) da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso (OAB-MT) participou de reunião na Agência de Fomento do Estado (MT Fomento), no dia 15, para iniciar um planejamento estratégico para executar um de seus projetos que cria linhas de crédito acessíveis para a jovem advocacia.

O presidente da Cojad, Mario Olímpio Medeiros Neto, o vice-presidente Vinícius Eduardo Lima Pires de Miranda e o secretário-geral Cesar Henrique de Almeida Sampaio apresentaram o objetivo da proposta ao presidente da MT Fomento, Mario Milton Ferreira Mendes, juntamente ao diretor financeiro Levi Saliés Filho, e ao Superintendente de Operações Leonardo Araújo.

Este projeto incentiva o empreendedorismo jurídico, pois tem como finalidade garantir linha de crédito de capital de giro para construção do primeiro

escritório, compra de materiais e insumos, linha de crédito com juros baixos, menores que os praticados nas instituições financeiras, com carência e garantias menores.

Para o presidente da Cojad, Mario Neto, este foi o começo de um entendimento com a MT Fomento, com produtos especiais e investimento na formação de empreendedores jurídicos para colaborar com a jovem advocacia. “A experiência junto a jovem advocacia de todo Estado deixou claro que montar o primeiro escritório é um dos maiores desafios destes iniciantes”, ressaltou.

Já o vice-presidente da Comissão, Vinícius de Miranda, destacou que o pilar da jovem advocacia é o empreendedorismo e a capacidade de inovação, criação e visão de futuro. “Estes desejam alcançar e conquistar seu espaço no mercado jurídico diante dos grandes escritórios. A Comissão de Jovem Advogado busca através do



convênio com a MT Fomento oportunizar a esses exímios juristas que realizem seus objetivos”, disse.

O secretário-geral da Cojad, César Sampaio

observou que esta parceria entre OABMT e MT Fomento é fundamental para estimular o empreendedorismo no mercado jurídico. “O advogado

empreendedor presta serviços, gera emprego, paga tributos e, principalmente, é ator essencial na busca da justiça social. Nosso objetivo é que, cada vez mais, o

jovem advogado saiba que pode contar com a OAB/MT. Isso é apenas o início de uma parceria que, sem dúvidas, será de grande sucesso”, afirmou.



## Codel reitera pedidos da advocacia quanto ao PJe na Justiça Estadual

O presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB-MT, Gonçalo Adão, participou de reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico no Tribunal de Justiça e reiterou algumas demandas importantes para a advocacia no que tange à implantação do PJe no Estado.

Foram abordadas as seguintes pautas: plano de expansão para 2016; multiplicadores; escritório digital e total de público externo capacitado. Gonçalo Santos

pontuou a necessidade de ampliar o número de capacitações voltadas para advogados em Cuiabá e no interior já que os treinamentos atualmente se restringem a um encontro dias antes da implantação do PJe.

O presidente da Codel também ressaltou a necessidade do TJMT oferecer suporte técnico aos advogados. “Esse serviço está precário. Destacamos que a OAB-MT está treinando funcionários para dar o atendimento básico aos advogados, porém, isso é diferente do suporte”, sublinhou.

O juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, João Thiago Guerra, apresentou um calendário de implantação do PJe, conforme a demanda das comarcas, que será iniciada por aquelas que possuem mais de 10 mil processos, tais como Lucas do Rio Verde e Cáceres.

Gonçalo Adão reiterou que fará gestão junto às Subseções da OAB-MT para designarem advogados para acompanhar esse trabalho de expansão do PJe no interior.



## OAB-MT propõe parceria para assegurar direitos dos idosos

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), por meio de sua Comissão de Direito do Idoso, se colocou à disposição para a realização e parcerias em operações de fiscalização do transporte coletivo intermunicipal e interestadual.

O presidente da comissão, Isandir Rezende, encaminhou carta aberta ao superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Mato

Grosso (PRF-MT), Kellen Arthur Preza Nogueira, a fim de desenvolver a parceria para ampliação das ações de fiscalização visando a justa aplicação dos direitos da pessoa idosa.

Representando a comissão, Rezende e advogada Gleci Facco participaram da Operação Boa Viagem II, realizada no posto da PRF em Rondonópolis, no fim de fevereiro.

De acordo com Rezende, a operação foi um

marco importante, uma vez que visa garantir o direito estabelecido no Estatuto do Idoso e na Lei Estadual Nº 10.320/2015, que tratam da garantia da gratuidade de duas vagas e desconto de 50% na compra do bilhete no transporte rodoviário intermunicipal e interestadual.

Conforme a legislação, o benefício é assegurado às pessoas com mais de 60 anos e que possuam renda igual ou inferior o

equivalente a dois salários mínimos.

“Mesmo estando o país passando por um momento delicado, em que valores e princípios têm sido ignorados, destacamos que através da parceria e do comprometimento com uma política social justa, é possível resgatar e fazer cumprir o direito que assiste a pessoa idosa no nosso Estado”, afirmou o presidente da comissão de Direito do Idoso.

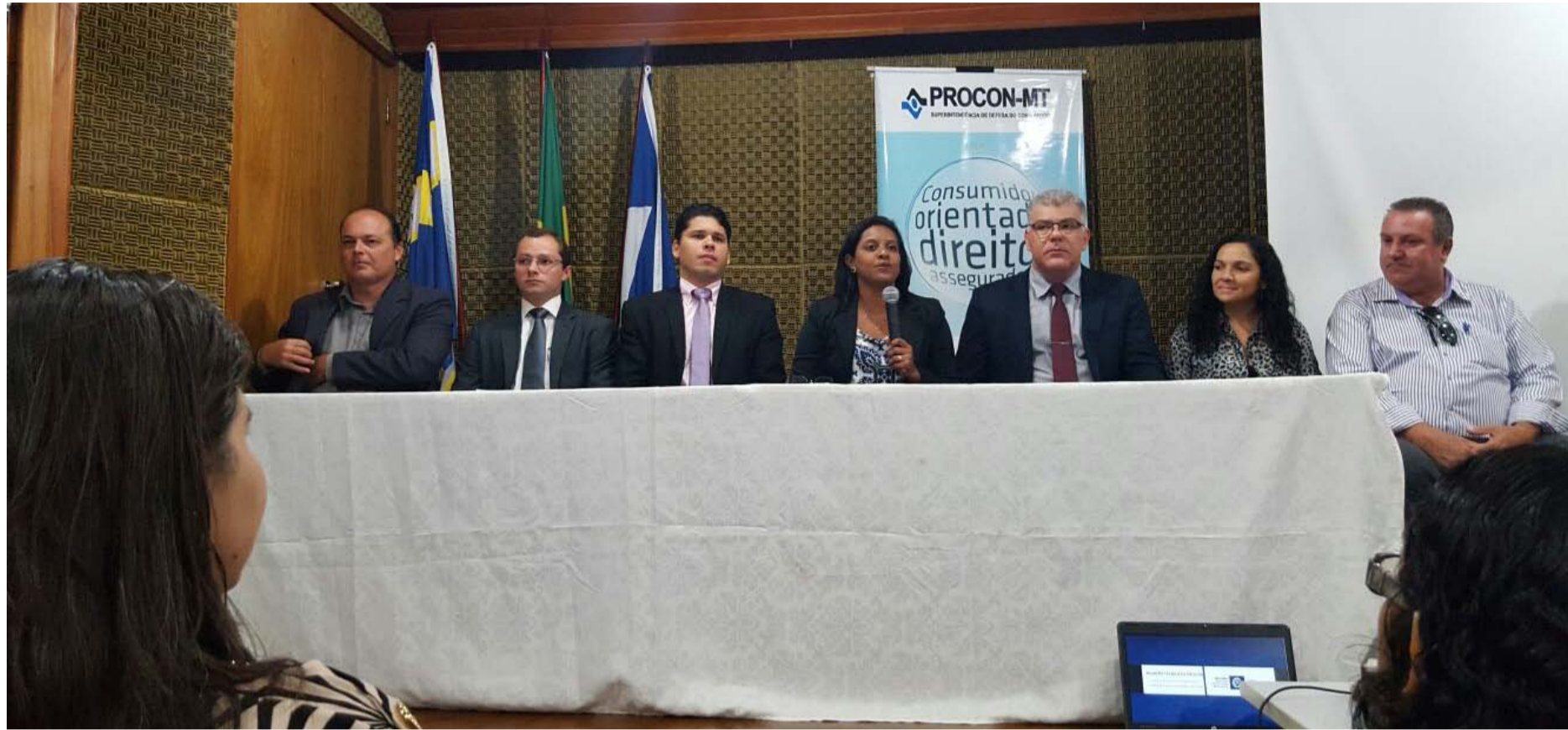


# Comissão de Defesa do Consumidor participa de Reunião Técnica de Procons

O presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MT, Rodrigo Palomares Maiolino de Mendonça, participou da 1ª Reunião Técnica de Procons de 2016 no dia 9, promovido pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), por meio do Procon Estadual.

O encontro reuniu representantes dos Procons Municipais e do Procon Estadual, serão planejadas as ações integradas para 2016. O evento também teve o objetivo de promover a atualização das novas normativas que envolvem a defesa do consumidor no Brasil e buscar estratégias para solucionar mais rapidamente os problemas que os consumidores relatam aos Procons.

Rodrigo Palomares declarou que o consumidor tem perdido muito, especialmente no judiciário, que muitas vezes tem entendimentos diferentes dos outros poderes. “O papel da OAB é unir todos os ór-



gãos que trabalham com a defesa do consumidor. Ainda temos muito a ser feito para educar o fornecedor e fazer com que ele cumpra a legislação consumerista”, explicou.

A superintendente Gisela Simona Viana salienta que a ação é um programa permanente da Sejudh. “Durante o ano, são realizadas três reuniões técnicas e um Encontro Estadual de Procons.

Esses momentos são essenciais para trocarmos ideias, compartilharmos dilemas e buscarmos soluções conjuntas para os problemas de consumo que afetam a população”, explica.

Venda casada; preços abusivos em hotéis e tempo de diária; matrícula, uniforme escolar e apostilas; ação contra as operadoras de telefonia; aplicação da Lei da Meia Entrada; preço de com-

bastíveis; memória interna de smartphones; transporte intermunicipal de idosos; planos de saúde e fiscalização de rodovias foram alguns dos assuntos discutidos na Reunião Técnica.

## Comissão da Infância e Juventude faz confraternização de páscoa na Associação Espinha Bífida

A Comissão da Infância e Juventude da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) proporcionou uma confraternização de Páscoa para a Associação Espinha Bífida no dia 26. A presidente da Comissão, Tatiane de Barros Magalhães destacou a parceria com a associação, que atende 170 crianças em todo Estado.

A confraternização na Associação Espinha Bífida contou com parceria da OAB-MT, da Caixa de Assistência dos Advogados

(CAA-MT), e da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setas).

“A Comissão vem apoiando a Associação Espinha Bífida, que cuida de 170 crianças, entre jovens e adultos, e em todo Mato Grosso são 48 municípios atendidos. E com essa parceria proporcionamos uma confraternização em que distribuímos ovos de chocolate e fizemos um lanche”, ressaltou a presidente.

Além da confraternização, também houve a apresentação do Coral Canto e Encanto da Escola Municipal Salvelina Ferreira da Silva

em Várzea Grande e que conta com a participação de 40 crianças.

A presidente da Comissão também apontou que uma das maiores necessidades da Associação é a doação de fraldas, tendo em vista que todos os atendidos fazem uso permanente.

“Esta atuação da Comissão já é realizada há tempos e estamos tentando conseguir uma parceria com a Secretaria de Saúde para que possam destinar fraldas para atender a Associação Espinha Bífida”, concluiu Tatiane.



## Comissão de Direito do Idoso elenca prioridades para 2016

Em sua primeira reunião do ano, a Comissão de Direito do Idoso definiu as prioridades de trabalho para 2016. Três pontos foram elencados como essenciais para o início dos trabalhos.

O primeiro deles, segundo o presidente da co-

missão, Isandir Rezende, é o levantamento de todos os processos que tramitam na Comarca de Cuiabá e tem idoso como parte. Isso porque, segundo ele, é preciso ser observado o direito de preferência na tramitação, conforme previsto no Estatuto do Idoso.

Conforme destacado no art. 71 da referida legislação, é assegurada a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou supe-

rior a 60 anos, em qualquer instância.

O Estatuto do Idoso ainda prevê a possibilidade do Poder Público criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Desta forma, o trabalho realizado pela comissão permitirá a identificação

da demanda no Judiciário a fim de assegurar o direito dos idosos.

Também será realizado pela comissão um levantamento junto à Delegacia do Idoso de todos os Boletins de Ocorrência registrados entre 2013 e 2015 por pessoas com ida-

de igual ou superior a 60 anos.

A comissão ainda iniciou as discussões acerca de sua participação na Audiência Pública que tratará do transporte urbano municipal, a fim de assegurar que sejam respeitados os direitos do idoso.

# Desfile beneficente fecha com chave de ouro projeto Março Sempre Mulher



■ A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) encerrou com chave de ouro o projeto Março Sempre Mulher. Um desfile beneficente, realizado no Business Prime Hotel, reuniu advogadas, filhos e dependentes de profissionais da advocacia que protagonizaram o evento prestigiado por mais de 200 pessoas. O convite foi uma lata de leite em pó para ser doada a entidade beneficente.

“Este desfile encerra um mês inteiro de intensa programação dedicada às mulheres. Nosso projeto não se trata de um protocolo ou de uma mera formalidade. Trata-se de um ato de respeito, de reconhecimento e de justiça às advogadas mulheres e à história universal da luta da mulher”, destaca o presidente da CAA/MT, Itallo Leite. A Miss Mundo MT 2014, Jéssica Fiorenza, também marcou presença, desfilando.

Ele lembrou que a atual gestão da CAA/MT é um destaque no Sistema OAB/MT por apresentar 70% de mulheres em sua composição. “Dos 10 membros da diretoria, apenas três são homens. Isso é uma demonstração de que estamos no caminho certo de uma gestão integrativa e igualitária”, completa Itallo Leite.

As advogadas que subiram à passarela trajaram looks das lojas Folic e Letage

e acessórios da Voluttá Semijoias. Já os pequenos, brilharam com as peças da coleção outono inverno da PUC Moda Infantil e da Fashion Kids Brasil.

O organizador do desfile, Edson Guilherme, explica que as advogadas tiveram liberdade na escolha das roupas para o desfile. “Cada uma delas escolheu seu próprio look seguindo seu gosto pessoal. Quis deixar todas muito à vontade para desfilarem seu charme e beleza”. O mesmo aconteceu com as crianças que tiveram liberdade de escolha.

Além das lojas de moda e acessórios, o salão de beleza Studio Calegari foi parceiro da CAA/MT no desfile beneficente com a disponibilização do espaço e dos profissionais para cabelo e maquiagem das participantes.

“Foi tudo fantástico. A Caixa de Assistência está de parabéns pela produção e organização do desfile. Foi, sem dúvida, uma linda forma de homenagear as mulheres em um mês em que diversas atividades são realizadas para celebrar o Dia Internacional da Mulher”, afirma a presidente da Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT, Viviane Faulhaber Dutra de Magalhães.

**SORTEIO** – Todas as mulheres presentes ao evento participaram do sorteio feito com brindes cedidos pelas empresas parceiras Bless Shoes, Mont Blanc e Nys Collection.

## CAA/MT realiza happy hour em celebração ao Mês da Mulher

■ Um evento especial, pensado para saudar as mulheres. Assim foi o primeiro happy hour da gestão 2016-2018 realizado no Estacionamento dos Advogados, pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), em Cuiabá. Mais de 150 pessoas prestigiaram a ação cujo propósito foi celebrar o Mês da Mulher – em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

“O happy hour é mais um evento do Março Sempre Mulher que é um projeto do Sistema OAB/MT pensado e desenvolvido por mulheres e para mulheres. Sinto grande satisfação em saber que esse projeto é uma realidade em todo o Estado. Afinal, ele é feito com carinho para as mulheres, em especial, às advogadas”, afirma o presidente da CAA, Itallo Leite.

A secretária-geral adjunta da OAB/MT, Gisela Cardoso, parabenizou a Caixa de Assistência e a Comissão de Direito da Mulher pela organização do projeto Março Sempre Mulher. Em seu discurso,

representando a diretoria da Seccional, ela destacou a importância do papel da mulher na sociedade. Lembrou que, em se tratando dos quadros da Ordem, quase metade é formada por mulheres.

A vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artmann Guerra, lembrou que as ações realizadas em todo Mato Grosso pelas diretorias das subseções da OAB em parceria com os delegados da CAA/MT são importantes instrumentos de entrosamento das advogadas nas atividades organizadas pela entidade. “Por meio da programação do Março Sempre Mulher, há o empoderamento das advogadas que são convidadas a participar, diretamente, da execução dos trabalhos. Isso é muito positivo para a classe e para a sociedade”.

Além de muita reflexão, a noite foi, também, de muita animação. No palco, cantores se revezaram tocando clássicos da MPB, samba, pop e sertanejo. O cardápio teve a assinatura do chef gastronômico Marcelo Cotrim.

“Está tudo muito bem organizado”,

declara a advogada Camila Lopes. Opinião semelhante tem a advogada Keury Araújo Oliveira. Participando pela primeira de um happy hour promovido pela Caixa de Assistência, ela aprovou o evento. “Perfeito. Com certeza, estarei presentes nas demais confraternizações”, avalia.

Pensando na tranquilidade das advogadas, a CAA/MT disponibilizou um espaço voltado à diversão da criançada. Tobogã inflável, piscina de bolinhas e pula pula fizeram a alegria dos pequenos que participaram do happy hour. “Esse é um evento para toda a família também”, conclui o presidente da CAA/MT.

**EMPRESAS PARCEIRAS** – O happy hour contou com a participação das seguintes empresas parceiras da CAA/MT: Bless Shoes, NYS, Mont Blanc, Dita Bonita e Imovile Consultoria Imobiliária.



Cada uma expôs seus produtos ou ofereceu seus serviços.

Conheça também quais foram as empresas que concederam os brindes sorteados durante o happy hour: AF Digital Photo Designer, Águas do Manso Spa e Resort, Carmem Decor, Casa do Cerrado, Cirurgião-dentista Andrey Marcelo B. Teixeira, Damásio Educacional, Dita Bonita Salão de Beleza, Kasa Mix Antique, La Provence Decor, Maison Blanch, Mont Blanc, Ms. Kitsh, Nina Cabelereiros, Nys Collection, O Boticário, Restaurante Trapiche Xaraés, Santé Estética Facial e Corporal, Solange Cabeleireira e Urban Arts.

## CAA/MT mobiliza advocacia contra o Zika vírus

■ O mês de março começou com uma grande mobilização da advocacia contra o Zika vírus. A campanha, coordenada pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), reuniu dezenas de pessoas, no dia 05, nos parques Mãe Bonifácia e Tia Nair, em Cuiabá.

“Estamos satisfeitos em ver que nossa campanha educativa atingiu o seu objetivo ao conscientizar não somente a classe advocacia, mas toda a sociedade, contra o Zika vírus. Essa mobilização ocorreu tanto na Capital quanto no interior do Estado, demonstrando a preocupação da atual gestão com as questões sociais. Graças ao envolvimento de todos, a ação foi um sucesso”, avalia o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Ele conta que esse foi um evento que ocorreu, concomitantemente, em todas as seccionais da OAB, sob a orientação da Coordenadoria Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad).

Além da abordagem direta, a campanha “Advocacia unida contra

o Zika: para ele não tem defesa” distribuiu à população panfletos contendo dicas sobre os principais sintomas da doença e medidas simples para combater a proliferação do mosquito Aedes aegypti. Na oportunidade, profissionais da saúde prestaram esclarecimentos sobre a Zika.

Uma equipe do Hospital Santa Rosa aferiu a pressão arterial e realizou, gratuitamente, teste de glicemia. Já as colaboradoras da Criativa Farmácia de Manipulação aplicaram repelentes e deram orientações sobre as formas de prevenção ao mosquito transmissor. Importante destacar que ambas as empresas parceiras nessa ação são conveniadas à CAA/MT.

“Estou aqui pela causa. Acredito que a sociedade tem que se mobilizar mesmo. A situação é séria. Tenho vários amigos que já tiveram a doença”, relata o advogado Matheus Guilherme Pouso Gomes que, tão logo teve conhecimento da ação, aprovou a ideia e compareceu para prestigiar a ação realizada no Parque Mãe Bonifácia.



# Advocacia do interior se une em campanha contra o Zika vírus

A advocacia do interior de Mato Grosso uniu forças para combater o avanço do vírus da Zika. A mobilização estadual ocorreu no dia 05 de março. Com o slogan “Advocacia unida contra o Zika: para ele não tem defesa”, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) reuniu dezenas de profissionais da advocacia nas subseções da OAB de Barra do Garças, Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo, Sinop, Sorriso e Tangará da Serra.

Em Barra do Garças, a campanha de conscientização, organizada pelo delegado da CAA/MT, André Bernardes, teve o apoio dos participantes do Pedal Mulheres – evento realizado para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Panfletos educativos com os sintomas da Zika e formas de combate ao mosquito *Aedes aegypti* foram entregues à população nas principais vias da cidade.

A Comissão da Mulher Advogada foi parceira na ação de mobilização, em Lucas do Rio Verde. De acordo com a delegada da CAA/MT para a subseção, Danusa Oneda, a panfletagem ocorreu em locais de grande circulação de pessoas na cidade.

O mesmo ocorreu na subseção da OAB de Peixoto de Azevedo. A delegada da CAA/MT, Andreia Varea, distribuiu o material educativo nas ruas da cidade, durante o evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher chamado “Pit stop – Direito das Mulheres”.

Na capital do norte, o dia de mobilização começou com um treino de speed e piquenique no parque Aquarela Brasil. A delegada da CAA/MT para



Sinop, Andreia Ronfim, explica que ao término da atividade (que estava incluída na programação do projeto Março Sempre Mulher), as participantes receberam os panfletos com orientações contra o Zika vírus e mudas de citronela

- planta repelente.

Em Sorriso, segundo informações da delegada da CAA/MT Ionara Silva, a ação ocorreu, pela manhã, em frente a um dos mais movimentados supermercados da cidade. Já em Tangará

da Serra, a mobilização da advocacia contra o Zika vírus foi realizada à tarde, na Vila Olímpica. A ação foi organizada pela delegada da CAA/MT, Wanessa Franchini Vieira, em parceria com a subseção da OAB.

## CAA/MT celebra parceria com a loja Bless Shoes



A empresa Bless Shoes é a nova conveniada à Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). Especializada em calçados femininos, a loja passa a oferecer descontos especiais aos profissionais da advocacia que variam entre 20% e 15%. Além disso, o pagamento é facilitado, podendo a compra ser dividida em até 4x sem juros no cartão de crédito.

Com a primeira loja física inaugurada em novembro do ano passado, a Bless Shoes é uma marca própria de calçados que nasceu da iniciativa do jovem casal Aline Monteiro Rodrigues e Erick Rafael da Silva Leite. Ele conta que os modelos são produzidos em uma fábrica de São Paulo e “têm por diferencial uma qualidade ímpar”.

Na lista de modelos mais vendidos aparecem as sapatilhas, os scarpins e os calçados da linha “Mãe e Filha”. Segundo Aline, há procura também pelas sandálias Anabela e os sapatos de salto alto. “Na próxima semana, estaremos com a nova coleção outono inverno que traz lindos modelos sempre muito confortáveis e bonitos como merecem as advogadas. Queremos que todas se sintam ainda mais belas e charmosas com a coleção da Bless Shoes”.

Além de vários modelos de sapatos femininos, os profissionais da advocacia encontram bolsas e acessórios à venda na loja.

**Serviço** – A Bless Shoes está localizada no 1º piso do Várzea Grande Shopping (ao lado do Ganha Tempo). Informações: (65) 3026-4200 / 9291-0042 (whatsapp).

## CAA/MT doa equipamentos para OAB/Sorriso

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Itallo Leite, realizou a entrega de um computador e uma multifuncional para a OAB de Sorriso. Os equipamentos foram recebidos pela presidente da subseção, Cláudia Pereira Braga Negrão. Estiveram presentes ao ato de doação os conselheiros seccionais Bruna Ergang da Silva e Ericson César Gomes.

“A Caixa de Assistência está de parabéns pelo trabalho que vem

realizando em prol da advocacia do interior de Mato Grosso. Nós, da subseção de Sorriso, estamos bastante contentes com mais esses benefícios recebidos”, declara a presidente da OAB/Sorriso.

Ela adianta que o computador será instalado na sala da OAB em Nova Ubitatã em razão da necessidade apresentada naquele local. “Já a multifuncional, estará à disposição das advogadas e advogados em nossa sede”, conclui Cláudia Negrão.

Para o presidente da CAA/MT, uma das missões da CAA/MT é, justamente, desenvolver ações em conjunto com as subseções para atendimento das reais necessidades da advocacia. “Esse apoio da subseção é de fundamental importância para que possamos desenvolver atividades que unam a classe advocatícia que milita em Sorriso”.

Itallo Leite explica que os equipamentos foram adquiridos com recursos do Fundo de Integração e

Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida) do Conselho Federal da OAB. Já foram contempladas com a doação da CAA/MT as seguintes subseções: Campo Verde, Rondonópolis, Jaciara, Paranatinga, Primavera do Leste, Alta Floresta, Várzea Grande, Tangará da Serra, Cáceres, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Colíder, Sinop, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Comodoro, Água Boa, Canarana, Barra do Garças, Nova Xavantina, Vila Rica, Juara e Juína.

# Novo Código de Processo Civil entra em vigor

Entrou em vigor no dia 18, a Lei 13.105/2015, que institui o Novo Código de Processo Civil. A mudança na legislação que vigorava desde 1973 impacta todos os jurisdicionados, não apenas na rotina dos advogados, mas à sociedade em geral, com mudanças que visam simplificar os procedimentos.

Entre as que poderão ser percebidas mais rapidamente pela população, está a possibilidade de protesto em cartório de devedores de pensão alimentícia e taxa condominial. Já para os advogados, o primeiro efeito se percebe nos prazos processuais, bem como na sua forma de contagem, exclusivamente pelos dias úteis.

Ao todo, são 1.072 ar-

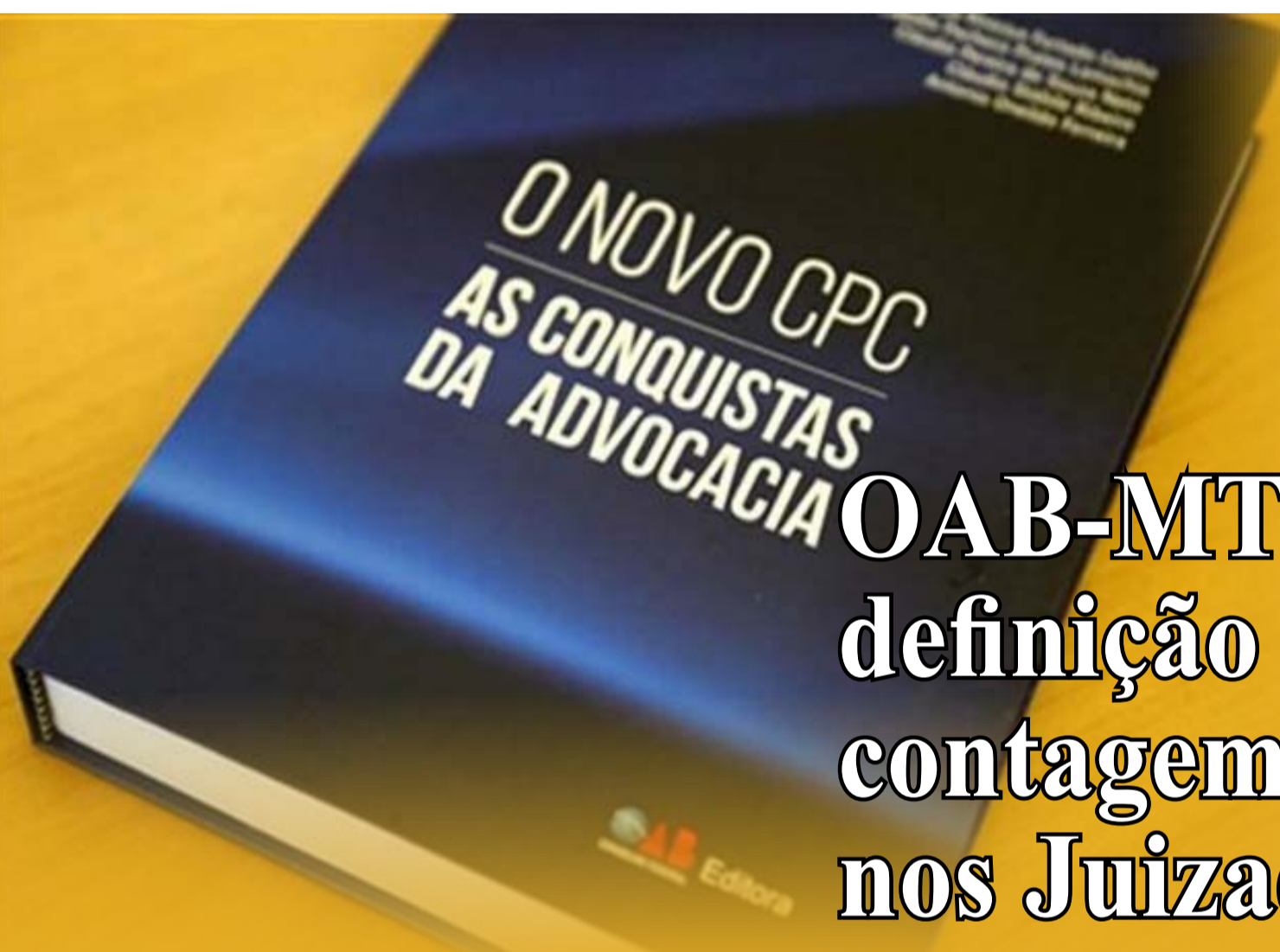
tigos de lei que se propõem, de forma geral, a dar mais celeridade ao trâmite processual, trazendo o incentivo à conciliação e mediação, redução da quantidade de recursos cabíveis, privilégio à uniformização, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência.

Conforme o presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Jorge Jaudy, uma das inovações interessantes é a possibilidade de que juiz e partes ajustem, entre si, um calendário para as práticas processuais, estipulando mudanças nos procedimentos a fim de ajustá-los às especificidades de cada causa.

Também estão pre-

vistas no Novo Código de Processo Civil ferramentas que possibilitam que questões idênticas objeto de ações diversas sejam apreciadas em um único julgamento. Pronunciamentos judiciais, cujos fundamentos de fato e de direito não tenham sido submetido à consideração das partes ficam vedados.

Apesar do intuito de simplificar e acelerar a tramitação do processo, Jaudy ressalta que isso, no entanto, não acontecerá verdadeiramente caso não haja uma efetiva mudança no comportamento dos operadores de direito, com a realização dos investimentos necessários em estrutura física e humana para a organização de um gerenciamento forense adequado.



## OAB-MT busca definição para contagem de prazos nos Juizados Especiais

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) protocolou suscitação de dúvida junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais de Mato Grosso sobre a contagem de prazos prevista no novo Código de Processo Civil (NCPC).

Em vigor desde o dia 18 de março, o novo CPC estabelece, em seu artigo 219 que, na contagem de prazo em dias, estabelecida em lei ou pelo juiz, serão computados apenas os dias úteis. Até então, nos Juizados Especiais a contagem se dava por dias corridos. Agora, diante da nova redação, a OAB-MT busca respaldo do Judiciário para

dirimir a questão.

No entanto, a Nota Técnica 01/2016 do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje) orienta pela inaplicabilidade da contagem de prazos do dispositivo nos Juizados Especiais, uma vez que aumentaria sensivelmente a duração do processo, contrariando os princípios constitucionais da Razoável Duração do Processo e o da Celeridade.

Da mesma forma, a ministra corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Nancy Andrighi, aponta que a adoção da contagem prevista no novo CPC atenta contra os princípios fundamentais dos processos analisados pelos Juizados Especiais, como a simplicidade, a

economia processual e, sobretudo, a celeridade.

Nessa mesma linha, foi expedida pela Corregedoria Geral de Justiça de Mato Grosso recomendação aos magistrados mato-grossenses pela inaplicabilidade da contagem dos prazos em dias úteis, conforme ofício n.º 111/2016 - CGJ.

Já a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), acompanhando o posicionamento externado pelo Fórum Permanente de Processualistas Cíveis (FPPC), sustenta que a redação trazida pelo novo código deve ser sim aplicada nos Juizados Especiais, consoante os Enunciados 415 e 415 do FPPC.

“Embora seja majoritário

o entendimento que defende a contagem de prazos processuais em dias úteis aos processos em trâmite nos Juizados Especiais, sendo este, inclusive, o entendimento das Comissões de Direito Civil e Processo Civil e Juizados Especiais da OAB-MT, a questão é bastante tormentosa, sendo certo que entendimento diverso do juízo poderá resultar na intempestividade dos atos praticados nos processos em trâmite pelo rito da Lei n. 9.099/95”, destaca a Nota Técnica assinada pelo presidente da OAB-MT, Leonardo Campos; presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, Jorge Jaudy e da Comissão dos Juizados Especiais, Raphael Naves Dias.

## Justiça Federal define data para implantação do PJe em MT

A Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso (OABMT) recebeu ofício da Justiça Federal em que informa a alteração da data para implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) e que será realizada no dia 11 de abril.

Conforme o diretor do Foro, juiz federal Roberto Luís Luchi Demo, serão distribuídos no

PJe as seguintes classes processuais:

I - No 1º Grau de jurisdição:

a) mandado de segurança;

b) ação monitória;

II - No 2º Grau de jurisdição:

a) apelação e agravo de instrumento em processos que tramitem no PJe em 1º grau;

b) mandado de segurança individual e

coletivo sujeito à competência originária do Tribunal;

c) suspensão de segurança dos processos originários do PJe.

Essas normas constam do artigo 4º da Resolução Presi 22/1014, com alteração da Resolução Presi 17/2015.

Visão geral do PJe

O Processo Judicial eletrônico (PJe) é um sistema desenvolvido

pelo CNJ em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a automação do Judiciário. O objetivo principal é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tra-

mitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho.

Em Mato Grosso, já utilizam o PJe a Justiça do Trabalho em todas as varas de Primeira Instância e também em Segunda Instância. A Justiça Estadual implantou o sistema no Juizado Especial da Fazenda Pública e em Segundo Grau.

A OAB/MT, por meio da Comissão de Direito Eletrônico, acompanhou todos os procedimentos, inclusive propondo soluções nos casos em que houve problemas na utilização da ferramenta.

A utilização do sistema exige a certificação digital de advogados, magistrados, servidores ou partes que precisarem atuar nos novos processos.

# Curso do novo CPC reúne mais de 100 profissionais e acadêmicos

Mais de 100 advogados, estagiários e acadêmicos têm a oportunidade de se atualizar com o “Curso do novo Código de Processo Civil” iniciado no dia 8 de março na Escola Superior de Advocacia (ESA-MT). O presidente da Escola, Marco Lorga, ressaltou que o objetivo é justamente levar conhecimento e capacitação em um momento tão importante como o advento do novo CPC.

O curso possui carga horária de 40 horas e o coordenador Welder Queiroz dos Santos explanou acerca dos temas a serem abordados por ele e mais três palestrantes: o conselheiro estadual da Seccional Joaquim Felipe Spadoni, o advogado Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha, e a assessora jurídica do Tribunal de Justiça Luciana Monduzzi de Figueiredo (ver currículos resumidos abaixo).

A primeira aula foi ministrada por Welder Queiroz que abordou as normas fundamentais do Processo Civil e aplicação das normas processuais. O Curso do novo CPC será oferecido em vários encontros até 5, 12 e 14 de abril das 19h às 22h.



## Palestras do curso do novo CPC abordam principais mudanças

O advogado Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha ministrou palestra no dia 11, no “Curso do Novo Código de Processo Civil”, na sede da Escola Superior de Advocacia (ESA-MT). O evento tem apoio da OAB-MT e da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA-MT).

As despesas processuais, honorários e gratuidade da justiça, assim como atos e negócios processuais foram alguns dos temas abordados. Matheus Cunha listou algumas das principais mudanças que ocorrerão com a vigência do novo CPC.

O palestrante destacou como conquistas para a advocacia a alteração na contagem dos prazos em dias úteis e a valorização dos honorários advocatícios. Entre outras mudanças explanadas

estão alterações das regras referentes à concessão da Justiça gratuita; a simplificação da defesa do réu; a criação de uma ordem de julgamento dos processos; a redução do número de recursos e uniformização dos prazos recursais; entre outros.

Já no dia 15, foi realizada a palestra do doutorando e mestre em Direito Processual Civil pela PUC-SP, Joaquim Felipe Spadoni, com o tema “Tutela provisória e Intervenção de terceiros”.

O palestrante ressaltou a importância do curso para atualizar os advogados sobre a nova legislação. “O código do processo civil é nossa ferramenta de trabalho e em nosso dia a dia não tem como advogar na área civil sem usar este código, e a partir do momento que esta legislação será renovada

totalmente, em que haverá um marco zero nela, é importantíssimo que todos os advogados tenham conhecimento de como a justiça civil vai funcionar daqui para frente”, disse.

De acordo com o palestrante, a nova ferramenta de trabalho que os advogados precisarão manejar. “Por isso é tão importante que os advogados conheçam o novo código e se atualizem, pois esta será a nova ferramenta de trabalho que terão que manejar para defender adequadamente seus clientes”, salientou.

O coordenador do curso, Welder Queiroz dos Santos ministrou a palestra sobre “Provas, sentença e coisa julgada” no dia 29 e ressaltou os três temas abordados sobre o direito probatório, sendo a prova, sentença e



coisa julgada.

“O direito probatório é extremamente importante do processo. As provas são a alma do processo de conhecimento. É por meio das provas que se comprova as alegações que as partes, tanto autora quanto réu, apresentam em juízo”, disse.

Welder explica que o CPC trouxe várias inovações tanto na Teoria Geral das Provas quanto nas Provas

em Espécies. Sobre a Teoria Geral das Provas a novidade é a respeito da adoção do ônus dinâmico das provas ou da distribuição dinâmica do ônus da prova.

O tema “Precedentes judiciais, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Assunção de competência e reclamação” foi abordado pelo palestrante, Joaquim Felipe Spadoni no dia 31. “O CPC está procurando mudar o paradigma

de decisão do judiciário brasileiro”, enfatizou.

Conforme Spadoni, o novo CPC obriga que juízes respeitem a jurisprudência já consolidada nos tribunais, que não existe atualmente. “O CPC vem trazendo novos instrumentos processuais e novas regras para que decisões sejam mais previsíveis e mais isonômicas e o jurisdicionado tenha mais previsibilidade do que é lícito e o que é ilícito”, concluiu.

## CURSOS TELEPRESENCIAIS



Cursos realizados no estúdio AASP

### 1. Título do Curso O novo CPC e a responsabilidade patrimonial na execução

#### Exposição

Rogério Licastro Torres de Mello Mestre e doutor pela PUC-SP. Professor de Direito Processual Civil da Fundação Armando Álvares Penteado e advogado em São Paulo.

Data 1ª/4 – sexta-feira

#### Programa

A responsabilidade patrimonial executiva no CPC, bens penhoráveis, partes e terceiros na execução, defesas cabíveis, responsabilidade executiva secundária, execução em face do devedor, do cônjuge e figuras afins.

Horário 8h às 10h

Carga horária: 2 horas-aula

### 2. Título do Curso Atualização profissional diante do novo CPC: desafios presentes e futuros

#### Coordenação

Cassio Scarpinella Bueno Ricardo de Carvalho Aprigliano

#### Professores assistentes

Daniel Brajal Veiga Ricardo Collucci

#### Programa

2/4 – sábado 9h15 – Visão sistemática e estrutural do novo CPC. As principais mudanças e as novidades do novo CPC. Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes 10h30 – Intervalo. 10h45 – Petição inicial: como formular adequadamente a demanda. Daniel Brajal Veiga

9/4 – sábado 9h15 – Respostas do réu: contestação e reconvenção. Luis Fernando Guerrero 10h30 – Intervalo.

10h45 – Fase de saneamento e organização do processo. Clarisse Frechiani Lara Leite

16/4 – sábado 9h15 – Instrução probatória e audiência. Cassio Scarpinella Bueno

10h30 – Intervalo.

10h45 – Sentença e coisa julgada. Cassio Scarpinella Bueno

30/4 – sábado 9h15 – Visão geral dos procedimentos especiais. Ricardo Collucci 10h30 – Intervalo.

10h45 – Tutela provisória. Daniel Penteado de Castro

7/5 – sábado 9h15 – Liquidação e cumprimento de sentença. Luciano Vianna Araújo

10h30 – Intervalo.

10h45 – Processo de execução. João Paulo Hecker da Silva

14/5 – sábado 9h15 – Disposições gerais sobre os recursos e apelação. Gláucia Mara Coelho

10h30 – Intervalo.

10h45 – Agravo de instrumento, agravo interno e embargos de declaração. Rogério Licastro Torres de Mello

21/5 – sábado 9h15 – Meios alternativos de solução de conflitos. Conciliação e mediação no novo CPC. Fernanda Tartuce 10h30 – Intervalo.

10h45 – Recurso extraordinário e recurso especial. Luis Eduardo Simardi Fernandes

Horário 8h15 às 11h

Carga horária: 18 horas-aula

### 3. Título do Curso O Direito de Família no novo CPC

Coordenação Flávio Tartuce

#### Programa

11/4 – segunda-feira Do incidente de descon sideração da personalidade jurídica e sua aplicação ao Direito de Família. Cláudia Stein Vieira

12/4 – terça-feira Do tratamento dos alimentos no novo CPC. João Ricardo Brandão Aguirre

13/4 – quarta-feira Das regras específicas sobre as ações de família no novo CPC. Marcelo Truzzi Otero 14/4 – quinta-feira Separação e divórcio no novo CPC. Flávio

Tartuce  
Horário  
18h às 20h  
Carga horária:

8 horas-aula 4. Título do Curso As liminares no novo CPC  
Coordenação Rogério Licastro Torres de Mello

Data 15/4 – sexta-feira

#### Programa

9 h – O novo CPC e as liminares nos procedimentos especiais, com ênfase nas ações possessórias. Arlete Inês Aurelli 10 h – Liminares em grau recursal no novo CPC. Rogério Licastro Torres de Mello 11 h – Efeetivação das tutelas provisórias de urgência no novo CPC. João Batista Lopes  
Horário 8h às 11h  
Carga horária: 3 horas-aula

### 5. Título do Curso Cálculos trabalhistas

#### Exposição

Adilson Sanchez  
Objetivo Apresentar, mediante metodologia prática, a elaboração de cálculos de natureza trabalhista, analisando as principais verbas trabalhistas, com exercícios práticos em sala de aula.

Observação Trazer máquina de calcular (simples).

#### Programa

18/4 – segunda-feira Verbas trabalhistas: adicional de insalubridade, periculosidade, adicional de horas extras, adicional noturno, adicional de transferência, comissões. 13º salário. Férias e respectivo adicional. Abono pecuniário de férias. Repouso semanal remunerado. Aviso-prévio. Indenização do art. 479 da CLT. Multa por mora.

19/4 – terça-feira Elaboração de cálculos de cada verba apontada entre outras que os participantes solicitarem. Simulação de rescisão contratual.

Horário 18h às 20h  
Carga horária: 4 horas-aula

### 6. Título do Curso Reflexos do novo CPC nos recursos do processo trabalhista

Coordenação Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro

#### Programa

25/4 – segunda-feira Teoria geral dos recursos. Ederaldo Paulo da Silva 26/4 – terça-feira Embargos de declaração e recurso ordinário. Maurício Pereira Simões

27/4 – quarta-feira Recurso de revista. Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro

28/4 – quinta-feira Agravo de instrumento e agravo regimental. Ivani Contini Bramante

Horário 18h às 20h  
Carga horária: 8 horas-aula

### 7. Título do Curso Vedações das decisões-surpresa no novo CPC

#### Exposição

André Pagni de Souza  
Data 28/4 – quinta-feira

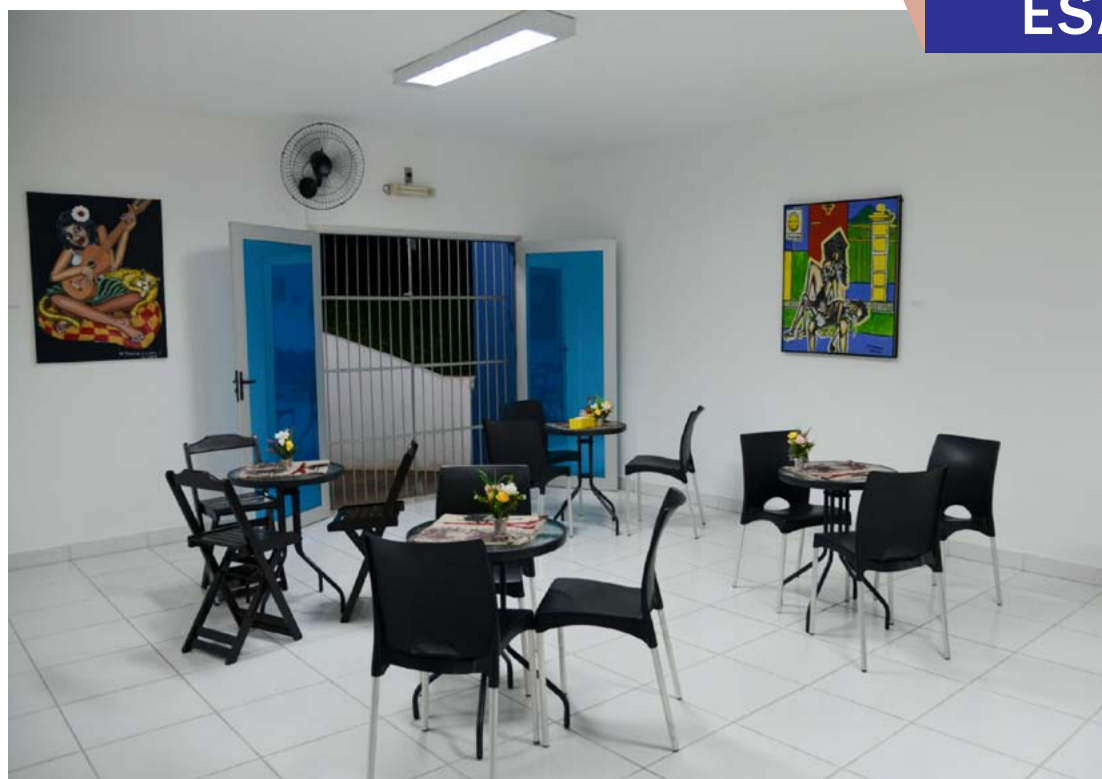
Horário 9h às 11h  
Carga horária: 2 horas-aula

### 8. Título do Curso Sexta da família: constelação familiar aplicada na mediação sistêmica e nos litígios judiciais

Coordenação Eduardo Lemos Barbosa

Exposição Frederico Ciongoli Advogado colaborativo e terapeuta de Constelação Sistêmica Familiar e Empresarial. Graduado pela Multiversity de Pune – Índia, sendo treinado e constelado também pelo próprio criador da técnica psicoterapeuta, o alemão Bert Hellinger.

Data 29/4 – sexta-feira  
Horário 9h às 11h  
Carga horária: 2 horas-aula



## ESA-MT abre Café Cultural em parceria com artistas plásticos

Um espaço para integração foi aberto na Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESAMT) voltado para advogados, estagiários, acadêmicos e toda a sociedade. O “Café Cultural” foi recém-inaugurado para oferecer opções de lanches, principalmente, para quem sai direto do trabalho. O diferencial é que o espaço foi todo decorado com obras de artistas plásticos de renome em Mato Grosso.

O presidente da ESA-MT, Marco Antônio Lorga, ressaltou que as pessoas podem admirar as obras e também adquiri-las se desejarem, já que os artistas deixaram seus valores e descrições.

Estão expostas obras de Clóvis Irigaray, Victor Hugo, Adir Sodré, João Sebastião, Maty Vitart, Gonçalo Arruda, Claudyo Casares, Rita Duarte, Livia Gardello e do grafiteiro Babu.



## Juíza ministra curso na Subseção de Rondonópolis em maio

A juíza do trabalho Grazielle Cabral Lima ministra o curso “Prática Trabalhista no Processo de Conhecimento e os Reflexos do novo CPC” na Subseção de Rondonópolis, nos dias 6 e 7 de maio, com carga horária de 12 horas.

O investimento até o dia 20 de abril é de R\$330 para advogados, R\$300 para jovens advogados e R\$280 para acadêmicos de direito, ou R\$350 parcelado em duas vezes no cartão de crédito.

O curso acontece no dia 6 de maio das 18h às 22h e no dia 7 das 8h às 12h e das 14h às 18h. Serão tratados os seguintes temas:

- 1- O ADVOGADO TRABALHISTA E O NOVO CPC
- 2- APLICAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA DO NOVO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO
- 3 - ATOS PROCESSUAIS DAS PARTES E DO JUIZ
- 4 - PETIÇÃO INICIAL E RESPOSTAS DO RÉU
- 5- PRAZOS PROCESSUAIS
- 6 - AUDIÊNCIA TRABALHISTA: O QUE MUDA, NA PRÁTICA? POSTURA DAS PARTES, ADVOGADOS E MAGISTRADOS.
- 7 - PROVAS: ALTERAÇÕES NA FORMA DE PRODUÇÃO; ÔNUS DA PROVA, FINALIDADE E DESTINATÁRIOS DA PROVA, LIMITAÇÕES PROBATÓRIAS; TIPOS DE PROVAS.
- 8 - DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS, COISA JULGADA E SENTENÇAS.
- 9- TUTELAS PROVISÓRIAS



## Curso de Mediação para Advogados com Ênfase no novo CPC inicia em abril

Durante o mês de abril e maio, os advogados podem participar do “Curso de Mediação para Advogados com Ênfase no Novo Código de Processo Civil” com carga horária de 20h e certificado pela Escola Superior de Advocacia (ESA-MT). As instrutoras do curso serão as advogadas Dynair Alves de Souza e Maria Helena Bezerra.

O curso tem como objetivo a capacitação dos advogados para atuarem de forma produtiva no processo de mediação, a partir de conceitos, apresentação de técnicas utilizadas no processo em conformidade com o

novo CPC, a Resolução 125 do CNJ de outubro de 2010, a Lei nº 13.140/2015 – Lei de Mediação e o Manual de Mediação e Conflito para Advogados, além da prática com exercícios simulados.

As aulas acontecem nos dias 25, 27 e 29 de abril e 2 e 4 de maio, das 18h30 às 22h. O investimento é de R\$350 para público em geral, R\$300 para advogados regulares na OAB-MT, R\$250 para jovens advogados, R\$200 para estudantes e R\$170 para estagiários inscritos na OAB-MT. Inscrições no site da OAB/MT – link ESA/MT – área do aluno. Informações: (65) 3613-0956/0957/0930

### PROGRAMA PROPOSTO:

1. Apresentação uma visão geral sobre panorama da Mediação: (explanção da história da mediação no Brasil).
2. A Mediação e Conciliação voltada para a satisfação do usuário/cliente.
3. Apresentação dos métodos autocompositivos de resolução de conflitos e da Resolução 125 do CNJ de outubro de 2010.
4. A política pública de tratamentos apropriados de conflitos (Res 125/2010 CNJ);
5. A Mediação na Lei N. 13.140/2015 – Lei de Mediação;
6. A moderna teoria do conflito.
7. Meios adequados para lidar com conflitos.
8. O terceiro facilitador.
9. Diferenças entre Conciliação e Mediação.
10. Percepção, reação- Procedimentos Construtivos

e Destrutivos- Espirais conflituosas.

11. Importância da negociação no processo de Mediação.

12. As técnicas que são aplicadas no processo da Mediação para provocar mudanças.

13. Qual o papel do advogado na Mediação? Qual sua importância? Como cabe ao advogado atuar?

14. A Mediação nos moldes do Manual de Mediação de Conflitos para Advogados do Conselho Federal da OAB.

15. Debates no processo de Mediação e Conciliação.

16. Processo de Mediação e suas etapas.

17. Modelos de Mediação: as principais Escolas de Mediação.

18. Exercícios simulados com comunicação voltada para pacificação social na mediação.

# Palestra com juíza do trabalho abre Março Sempre Mulher na OAB-MT

■ O auditório da OABMT ficou repleto de advogados, acadêmicos, estagiários e outros profissionais no dia 4 de março, para a abertura da programação do Março Sempre Mulher cuja palestra foi com a juíza do trabalho Grazielle Cabral Lima. A solenidade foi coordenada pelo presidente da Seccional, Leonardo Pio da Silva Campos, que anunciou uma importante conquista.

“Hoje temos muito que comemorar porque conseguimos do Pleno do TJMT a publicação da Resolução 01/2016 que garante preferência às advogadas gestantes, lactentes e acompanhadas de crianças de colo preferência de horário nas audiências de primeiro grau de jurisdição e nas sessões de julgamento do TJMT. Acreditamos que em breve conseguiremos a mesma conquista junto ao TRTMT. Parabênzinhos a sensibilidade e a causa humanitária dos magistrados que reconheceram o estado especial de uma advogada gestante para ter que esperar, por vezes, horas pelo julgamento de seu processo”.

Leonardo Campos ressaltou ainda que esse exemplo extrapolará as fronteiras de Mato Grosso.

“Informe os outros presidentes de Seccionais e todos pediram cópia da resolução para pleitear os mesmos direitos junto aos seus tribunais. As mulheres advogadas representam 52% em todo o Brasil. Hoje elas estão ganhando espaços; temos um maior número de advogadas donas de escritório. Os Tribunais Regionais do Trabalho e Eleitoral são presididos por mulheres, no Tribunal de Justiça também há dirigentes mulheres”.

A mesa também foi composta pela secretária-geral adjunta da OABMT, Gisela Cardoso; o diretor tesoureiro Helmut Preza; o presidente da ESAMT, Marco Lorga; a presidente da Comissão de Direito da Mulher, Viviane Dutra Magalhães; o presidente da CAAMT, Ítalo Leite; a diretora da Caixa, Gisele Gaudêncio; a juíza palestrante Grazielle Cabral e o juiz do trabalho João Humberto Cesário.

A programação do Março Sempre

Mulher é uma parceria entre a OABMT, CAAMT e ESAMT para oferecer diversas ações em prol das mulheres advogadas. A secretária-geral da Seccional ressaltou que o Conselho Federal da OAB decretou 2016 como o ano da advogada mulher. “Infelizmente esse tipo de ação é necessária. Precisamos tomar nossos espaços. Conclamo as mulheres advogadas a se envolverem com as lutas pela advocacia. Temos inúmeras comissões, venham para dentro da OABMT”, pontuou Gisela Cardoso.

Ítalo Leite abordou as ações já promovidas em prol da mulher advogada em Mato Grosso como a isenção da anuidade no ano do nascimento do seu filho. “Oferecemos descontos e práticas de incentivo às mulheres e a Caixa já concedeu mais de 600 benefícios de auxílio maternidade, devolvendo a anuidade às mães advogadas. Já foram mais de 150 mil reais. Essa é uma oportunidade concreta de contribuir com a valorização do papel da mulher e vamos criar um plano estadual de valorização da advogada, criar espaços de reflexão, usina de ideias, devemos ir para as ruas, promovendo uma integração entre a OAB e a sociedade.

O presidente da ESAMT elogiou a escolha da palestrante para a abertura do Março Sempre Mulher. “A juíza Grazielle Cabral é um exemplo de mulher lutadora, inteligente, foi advogada e muito nos honra com uma palestra tão atual”, sublinhou. Marco Lorga leu o poema “Ser mulher”, de Silvana Duboc para homenagear as mulheres presentes.

## Palestra

“O novo CPC e os efeitos no Processo do Trabalho” foi o tema da palestra da juíza do trabalho Grazielle Cabral Lima, que se disse muito lisonjeada com o convite. A magistrada traçou um breve histórico do Código de Processo Civil no Brasil, lembrando que o CPC de 2015 é o primeiro a ser concebido e aprovado em tempos de democracia.

A palestrante observou que 80% do novo CPC é repetição do Código de 1973 ainda em vigor, porém, os 20% restantes farão uma grande diferença. A dica que ofereceu aos advogados é observar e arguir do magistrado qual a postura que está adotando em relação às alterações de prazos, incidentes e outros; estudar e pesquisar para se insurgir contra o posicionamento e fundamentar bem seus protestos a serem consignados em ata.



## Programação do Mês da Mulher traz palestra sobre os desafios da mulher advogada



■ “Os desafios da mulher advogada” foi uma das palestras realizadas no mês de março para a programação do Mês da Mulher. O tema foi abordado no dia 11 de março, no auditório da OABMT, em Cuiabá.

As palestrantes foram Ilka Theodoro e Rosa Leite Antunes de Barros. O encontro foi organizado pela Seccional, Escola Superior de Ad-



vocacia (ESAMT) e Caixa de Assistência dos Advogados (CAAMT). O público alvo será advogadas, estudantes de direito e estagiárias.

## Workshop foca na gestão do tempo para os desafios da mulher contemporânea

■ A organização do tempo para a gestão da vida das mulheres advogadas foi o tema central do “Workshop: Mini Coaching Vida e Carreira Para a Mulher Advogada” que aconteceu na Escola Superior de Advocacia (ESA) na sede do Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) no dia 28 de março.

Ministrado pela advo-

gada, personal e profissional coach, Dynair Alves de Souza e pela contadora e coach trainer Thais Mirandola, o workshop teve como foco o desafio da mulher contemporânea, que administra várias áreas da vida pessoal e profissional.

“Este workshop é para as advogadas e estagiárias de direito focando na gestão do tempo e nas diversas áreas da vida para melho-

ria pessoal e profissional, e também trabalhamos a parte de finanças pessoais, mas a partir do coaching”, explicou a advogada Dynair Alves.

Entre os desafios citados por Dynair Alves constam a profissão, exercer o papel de mãe e mulher. “A mulher tem que encontrar nesta gestão de tempo uma

maneira de ser uma boa profissional, mãe e também de se cuidar, e por isso a administração do tempo é muito importante, porque as vezes só agimos dentro do urgente e da circunstância, e não fazemos aquilo que é efetivamente

importante”, ressaltou Dynair.

Já a contadora e coach trainer Thais Mirandola explicou que este workshop trabalha com o empoderamento da mulher. “Como a mulher se encontra hoje enquanto mulher, advoga-

da, mãe, ou seja em todos os campos sociais que atua e vamos trabalhar com o empoderamento na vida e carreira através da organização do tempo e como fazer para melhorar o seu tempo e qualidade de vida”, apontou Thais.



# Subseção de Sinop recebe Curso do Novo CPC

O curso Novo Código de Processo Civil (CPC) será realizado na Subseção de Sinop durante o mês de abril e de maio com 36 horas de carga horária e certificado pela Escola Superior de Advocacia (ESA-MT). As inscrições são pelo site da OAB-MT, no link da ESA em área do aluno. Outras informações: (66) 3531-3650 ou (65) 3613-0956.

Nas sextas-feiras o horário do curso é das 18h30 às 22h e aos sábados das 8h às 12h e das 14h às 18h, sendo que as datas são 29 e 30 de abril, e 6, 7, 13 e 14 de maio. Até o dia 21 de abril o investimento é de R\$500 para advogados, R\$450 para jovens advogados e R\$420 para estagiários.

## Os temas abordados serão:

1. Normas fundamentais do processo civil e aplicação das normas processuais.

2. Despesas processuais, honorários e gratuidade da justiça. Atos processuais e negócios processuais.

3. Tutela provisória e Intervenção de terceiros.

4. Petição inicial, audiência, respostas do réu e saneamento do processo.

5. Provas, sentença e coisa julgada.

6. Cumprimento de sentença e Execução dos títulos extrajudiciais.

7. Teoria geral dos recursos e recursos ordinários.

8. Recurso especial, recurso extraordinário, técnica de julgamentos dos recursos especiais repetitivos e embargos de divergência.


9. Precedentes judiciais, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Assunção de competência e Reclamação.

**TEMAS**

1. Normas fundamentais do processo civil e aplicação das normas processuais.
2. Despesas processuais, honorários e gratuidade da justiça. Atos processuais e negócios processuais.
3. Tutela provisória e Intervenção de terceiros.
4. Petição inicial, audiência, respostas do réu e saneamento do processo.
5. Provas, sentença e coisa julgada.
6. Cumprimento de sentença e Execução dos títulos extrajudiciais.
7. Teoria geral dos recursos e recursos ordinários.
8. Recurso especial, recurso extraordinário, técnica de julgamentos dos recursos especiais repetitivos e embargos de divergência.
9. Precedentes judiciais, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Assunção de competência e Reclamação.

**COORDENAÇÃO**

| Welder Queiroz dos Santos



Welder Queiroz dos Santos

**INSCRIÇÕES**

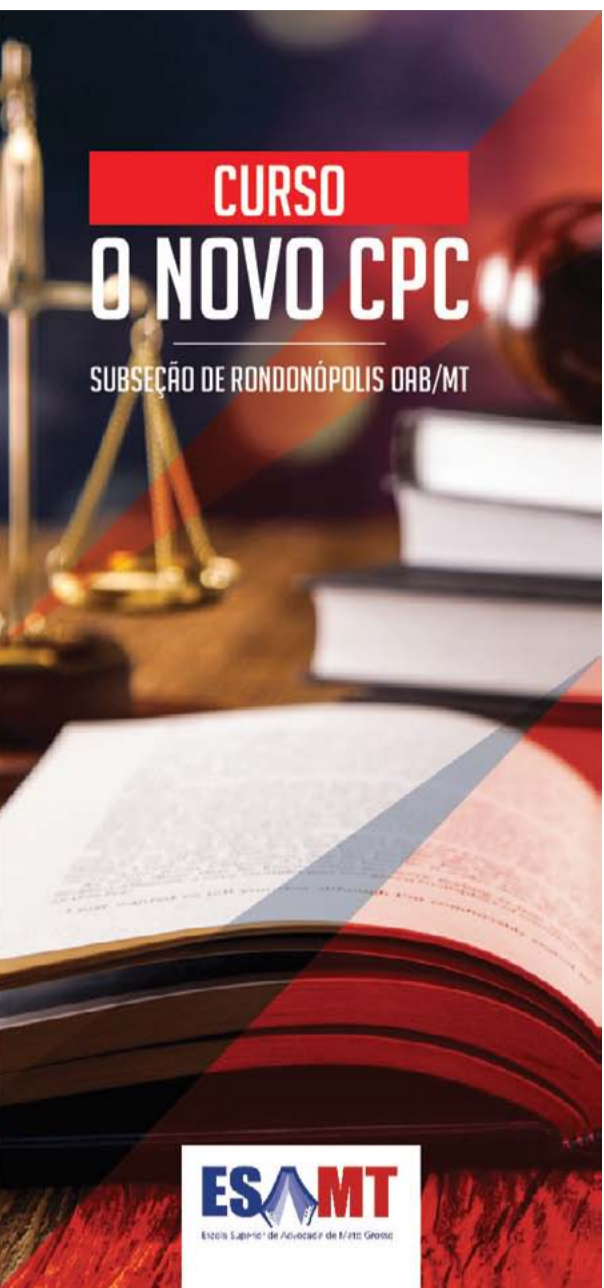
Pelo site:  
[www.oabmt.org.br](http://www.oabmt.org.br)  
=> ESA/MT => Área do Aluno

**REALIZAÇÃO**






[www.oabmt.org.br](http://www.oabmt.org.br) | 65 3613-0956/0957/0930



CURSO  
O NOVO CPC

SUBSEÇÃO DE RONDONÓPOLIS OAB/MT



**CORPO DOCENTE**

**Luciana Monduzzi de Figueiredo** – Doutoranda em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Mestre em Direito Agroambiental pela UFMT. Assessora jurídica no TJMT. Coautora do livro *Repercussões do novo CPC - Juizados Especiais (Juspodivim)*.

**Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha** – Especialista em Direito Processual Civil pela Fundação Escola do MP. Professor na Faculdade de Direito da UNIC. *Compliance Officer* pela *Legal Ethics and Compliance*. Advogado.



Luciana Monduzzi de Figueiredo

**Welder Queiroz dos Santos** – Doutorando e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Professor da Faculdade de Direito da UFMT. Advogado. Coordenador e coautor do livro *Repercussões do novo CPC - Juizados Especiais (Juspodivim)*. Coautor dos livros *Comentários ao CPC (Forense)*, *Comentários ao CPC (Saraiva) CPC*, *Comentário (Almedina)*, *Comentários ao novo CPC (Saraiva)*, *O novo CPC brasileiro - estudos dirigidos: sistematização e procedimentos (Forense)*, *Novo CPC - Impactos na legislação extravagante e interdisciplinar (Saraiva)*, *Impactos do CPC na advocacia (Conceito)*.

**LOCAL**

| Subseção de Rondonópolis - OAB-MT.

**DURAÇÃO**

36 Horas/Aula.  
Certificado pela ESA-MT



Matheus Lourenço Rodrigues da Cunha

**PERÍODO**

Sextas feiras e sábados  
Início: 08 e 09 de abril de 2016  
Aulas: 15, 16 e 29, 30 de abril de 2016  
Sextas-feiras das 18h30 às 22h e sábados das 8h às 12h e das 14h às 18h.

**INVESTIMENTO**

Até 05 de abril  
Advogado: R\$ 500,00 em 3x no cartão de crédito.  
Jovem advogado: R\$ 450,00 em 3x no cartão de crédito.  
Estagiário: R\$ 420,00 em 3x no cartão de crédito.

A partir de 06 de abril  
Advogado: R\$ 550,00 em 3x no cartão de crédito.  
Jovem advogado: R\$ 500,00 em 3x no cartão de crédito.  
Estagiário: R\$ 450,00 em 3x no cartão de crédito.

OU 10% DE DESCONTO À VISTA!

## A importância dos juizados especiais para o direito dos consumidores é tema de palestra na ESA

A importância dos juizados especiais para o direito dos consumidores é tema de palestra que será realizada no dia 11 de abril, na Escola Superior de Advocacia (ESA-MT). Os palestrantes são Giorgio Aguiar, advogado e membro da Comissão dos Juizados Especiais da OAB-MT e o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MT, Conselheiro curador da ESA e Conselheiro municipal do Procon de Cuiabá, Rodrigo Palomares Maiolino de Mendonça.

A palestra tem como objetivo demonstrar para os profissionais do segmento da

ciência jurídica, o potencial que os juizados especiais possuem para transformação da sociedade quanto às relações consumeristas.

Além disso, a palestra também aborda a importância dos juizados especiais para a promoção e defesa dos direitos dos consumidores, sendo uma das formas mais célere e simples para a solução de litígios de massa, o valor das indenizações e seus impactos na sociedade contemporânea.

A carga horária é de 5h e será utilizado o Código de Defesa do Consumidor; Lei 9.099/95. Mais informações no link da ESA-MT no site da OAB-MT ou pelo telefone (65) 3613-0956.

## II Congresso de Ciências Criminais do Estado de Mato Grosso acontece na OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), a Escola Superior de Advocacia (ESA-MT), e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) realizam o II Congresso de Ciências Criminais do Estado de Mato Grosso nos dias 25, 26 e 27 de abril, das 19h às 22h. O investimento é de R\$70. Informações ESA-MT: (65) 3613-0956.

O Congresso tem o objetivo de promover diálogos abertos e amplos sobre os desafios à compreensão da criminalidade e o papel do Estado no contexto atual a fim de fortalecer a atuação dos aparelhos estatais,

bem como a ampliação do entendimento desta problemática social.

Com carga horária de 10h ou 20h com a apresentação de relatório, o curso aborda as disciplinas de direito penal, processual penal e criminologia com a coordenação-geral de Ricardo de Oliveira e pedagógica de Giovane Santin e Huendel Rolim.

A programação consta na abertura do Congresso, no dia 25, painel com o procurador Regional da República do Ministério Público Federal (MPF), o mestre e doutor em Direito, Paulo Queiroz.

No dia 26, o painel com o tema Política Criminal

de Emergência e Abuso de Poder com o pós-doutor em Criminologia pela Universidade Pompeu Fabra de Barcelona, Salo de Carvalho e Amilton Bueno de Carvalho, doutor honoris causa pela Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis e ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Para finalizar, no dia 27 terá o painel sobre Justiça Restaurativa e Abolicionismo Penal, com o mestre e doutor em Ciências Criminais, Daniel Achutti e com a doutoranda em Ciências Sociais e em direito público pela Universidad Autónoma de Barcelona, Rafaela Palamolla.





# 16 Subseções apresentam demandas e OAB-MT firma compromisso com TJMT

Presidentes de 16 Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OABMT) reuniram-se com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Paulo Cunha e a corregedora, desembargadora Maria Erotides, no dia 18, para apresentar demandas relacionadas à estruturação das comarcas no Estado, como a necessidade de mais servidores e magistrados.

O diretor tesoureiro da OABMT, Helmut Flávio Preza Daltro explicou

que as demandas apresentadas foram de cunho estrutural das comarcas, como ausência de servidores e juizes e a capacitação de servidores.

“A reunião foi muito proveitosa em que estivemos com basicamente mais da metade de presidentes de subseções e cada um conseguiu expor os seus problemas, as questões que são mais emergenciais e alguns compromissos foram firmados como demonstração de cronograma das obras naquelas comarcas onde estão sendo realizadas”, disse.

O presidente do TJMT, Paulo Cunha, considerou necessário o entrosamento entre o Poder Judiciário e a advocacia do Estado. “Estas reuniões são importantes porque estamos debatendo com aqueles que vivem os problemas juntamente conosco e partilhamos problemas e soluções. Devemos continuar e dar mais sequência nessas reuniões. Os compromissos existem, mas dependem da questão orçamentária e teremos que esperar e os que não dependem já daremos andamento. Mas todos os

compromissos serão imediatamente cumpridos”, afirmou o desembargador.

Corregedora do TJMT, a desembargadora Maria Erotides ressaltou que as Subseções apresentaram diversas reivindicações e que o Tribunal irá se empenhar em atender todas. “Todos pediram melhorias às Subseções, uma prestação jurisdicional que atenda verdadeiramente o reclamo das partes e esse é o nosso dever. Por exemplo, foi firmado compromisso com Guarantã do Norte que está com um acúmulo de 12 mil processos e iremos

relocar imediatamente mão de obra com um mutirão processual para reduzir a demanda e atender as partes como a lei determina”, destacou.

O presidente da 10ª Subseção em Tangará da Serra, Kleiton de Carvalho avaliou como positiva a iniciativa da OAB em dialogar com o presidente do TJMT. “Cada comarca e subseção trouxe sua demanda para melhorias do serviço do advogado, do jurisdicionado e em contrapartida para a sociedade. Trouxemos demanda sobre infraestrutura sobre

a ampliação do fórum de Tangará e tivemos compromisso firmado pelo presidente que a obra sairá e que também será dado encaminhamento na finalização da obra do fórum de Barra do Bugres”, ressaltou.

Estiveram presentes na reunião, os presidentes das Subseções de Água Boa, Canarana, Comodoro, Campo Novo, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Tangará da Serra, Diamantino, Várzea Grande, Sinop, Vila Rica, Primavera do Leste, Sorriso, Rondonópolis, Jaciara e Rondonópolis.

## Subseção de Tangará da Serra realiza palestra para PM



A 10ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Tangará da Serra realizou no dia 21, palestra para alunos do curso de formação de soldados da Polícia Militar. Os temas tratados foram as prerrogativas dos advogados, direitos em sua atuação e a relação profissional entre advogados e policiais militares.

Atualmente no CR-VII (Comando Regional VII) está havendo curso de formação de soldados policiais militares, com a formatu-

ra, em setembro, de 29 policiais. É a segunda vez que a palestra é promovida junto ao Comando Regional VII.

A iniciativa conjunta partiu do Comando do CR-VII, na pessoa do Coronel Wesley de Castro Sodré e do Presidente da 10ª Subseção da OAB-MT, Kleiton Carvalho. A palestra foi proferida pelo advogado Juliano Hígino da Silva Filho.

Para Kleiton Carvalho, esse é mais um ato de aproximação das

instituições na busca por esclarecimentos sobre o livre exercício do profissional advogado em situações que envolvam policiais militares em suas atividades.

“As prerrogativas são o manto sagrado para o exercício profissional do advogado em qualquer situação na defesa dos direitos do cidadão. Vale lembrar a recente alteração do Estatuto dos Advogados com a edição da Lei 13.245/2016 e da Portaria nº 200/QCG/DGP/PMMT/12”, disse.



## 29ª Subseção solicita manutenção da Vara Itinerante do município de Paranatinga

A secretária-geral adjunta da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OABMT), Gisela Cardoso, o conselheiro estadual Hélio Machado e o delegado da Caixa de Assistência dos Advoga-

dos de Mato Grosso (CAA/MT) em Paranatinga, Almir Rogério de Moura se reuniram com a presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desembargadora Maria Beatriz Theodoro Gomes no dia 18 para solicitar a manutenção

da Vara Itinerante do município.

Gisela Cardoso adiantou que a Vara Itinerante de Paranatinga está suspensa conforme decisão do juiz da Vara de Trabalho do município de Primavera do Leste. “A presidente nos explicou

que a Justiça do Trabalho teve um corte orçamentário muito grande, fato que já foi publicado e em razão desta situação o TRT está tendo que fazer adequações para cortar gastos. Por isso a necessidade de manter ou cancelar algumas varas,

porém a de Paranatinga não foi cancelada, mas suspensa”, explicou.

De acordo com secretária-geral adjunta, a presidente firmou compromisso de avaliar a situação e a decisão do juiz de suspender a Vara Itinerante de Paranatinga.

“A presidência irá avaliar toda a situação de forma objetiva também como número de processos e audiências realizadas para então decidir se haverá o cancelamento, a suspensão ou a retomada da Vara Itinerante”, concluiu.



# Subseção de Sinop consegue divisão da 5ª Vara junto ao TJMT

■ O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Leonardo Pio da Silva Campos juntamente com a diretoria da Subseção de Sinop, representada pelo presidente Felipe Guerra apresentaram as principais demandas das Comarcas de Sinop e Feliz Natal ao presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Paulo da Cunha, em reunião no dia 23.

Conforme o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, as reivindicações da Subseção de Sinop visam a célere distribuição da Justiça. “Foi uma reunião bastante produtiva com toda diretoria e conselheiros da OAB em Sinop, e apresentaram várias reivindicações entre elas, a definição quanto ao local da sede do Fórum, a ocupação de uma Vara que foi recentemente vaga em razão do afastamento do magistrado, adequação de estrutura, e

divisão de Varas da infância e juventude”, ressaltou.

O presidente da Subseção de Sinop, Felipe Guerra considerou que a Divisão da 5ª Vara foi um dos pontos fortes do compromisso assumido pelo TJMT. “O presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha garantiu ser simpático e consideramos que a divisão da 5ª Vara foi a menina dos olhos desta reunião”, defendeu.

O conselheiro por Sinop, Eduardo Marques Chagas também destacou a divisão da 5ª Vara e o comprometimento do TJMT. “As reivindicações de

Sinop, principalmente é com relação a divisão da 5ª Vara, que é hoje da infância e juventude, e feitos que envolve direito de família, e conseguimos a resposta que o processo de divisão já está tramitando e provável que este

ano seja dividida”, explicou.

Além destas demandas, a Subseção de Sinop também apresentou a necessidade de dois conciliadores para o juizado especial para dar maior agilidade às audiências

de conciliação, que estão sendo marcadas para pelo menos seis meses. O presidente do TJMT, desembargador Paulo da Cunha se comprometeu a destinar os dois conciliadores para a Comarca.

“Para Feliz Natal tam-

bém solicitamos a contratação de servidores, tendo em vista que está bem deficiente e tivemos resposta positiva neste sentido mesmo por que está em andamento o concurso do TJMT”, apontou o conselheiro.



## Cojad da 11ª Subseção em Colíder realiza Páscoa Solidária

■ A Comissão do Jovem Advogado de Colíder da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) realizou a Páscoa Solidária no dia 26, com a participação efetiva de toda a diretoria da 11ª

Subseção, bem como de todos os advogados do município que ajudaram com doações.

O presidente da Comissão do Jovem Advogado, Tales Sales ressaltou a iniciativa através da Subseção de Colíder e agradeceu ao

empenho de toda a comunidade jurídica para a realização da Páscoa Solidária.

Com os valores arrecadados foram comprados 500 ovos de chocolate, distribuídos nos bairros mais carentes do município como Celidio Marques,

Maria Antônia e Bom Jesus, além do Abrigo de Menores e a Casa da Sopa.

“Com estas doações pudemos comprar 500 ovos de chocolate e realizar a distribuição aos moradores mais carentes, para levar o verdadeiro sentido desta

celebração. Para a distribuição tivemos a participação de cerca de 20 advogados”, destacou o presidente da Comissão do Jovem Advogado.

Já o presidente da 11ª Subseção, Ricardo Zeferino Pereira esta iniciativa de-

monstra todo o empenho dos advogados em ações solidárias. “Com essa iniciativa a OAB através da 11ª Subseção pretende se aproximar da sociedade, sendo colaborador efetivo e permanente junto às questões sociais”, concluiu.



## Subseção de Peixoto de Azevedo encaminha ofício à empresa Águas de Matupá

■ A Subseção de Peixoto de Azevedo realizou no início do mês de março, juntamente com a Comissão de Direitos da Mulher, um pit stop na cidade de Terra Nova do Norte e entre os temas tratados estava a adesão da OABMT à campanha “Advocacia única contra o Zika”, com a entrega de panfletos à popu-

lação alertando dos cuidados a serem tomados para se combater a epidemia que assola o país.

No dia 15 chegou ao conhecimento da subseção que estava havendo um armazenamento irregular de canos e lonas, expostas ao tempo, acumulando água e podendo se tornar um foco de criação do mosquito Aedes Ae-

gypti pela empresa Águas de Matupá.

“Desta forma, reafirmando o compromisso social da OAB, na mesma data do recebimento da denúncia, realizamos visita in loco e solicitamos à gerência da empresa Águas de Matupá que providências imediatas sejam tomadas para a retirada do material, que

armazenado como está, acaba oferecendo risco à toda sociedade”, informou o presidente da subseção, Marcus Macedo.

A subseção também encaminhou ofício relatando o fato ao Ministério Público Estadual, sendo que o promotor de justiça de Matupá Felipe Augusto Ribeiro de Oliveira se comprometeu a

tomar medidas imediatas em prol da sociedade matupense.

“O Brasil esta passando por uma epidemia com o vírus da Zika, milhares de casos de microcefalia ligados ao vírus estão sendo relatados e percebo que toda sociedade civil organizada e a população em geral tem se unido em torno do

combate ao mosquito proliferador desta doença. Desta forma, entendo que não pode uma empresa concessionária de serviço público ignorar tal problema. A OAB não ficará omissa quando for acionada em defesa dos interesses da sociedade”, declarou o presidente subseção, Marcus Macedo.



# OAB Tangará faz balanço de atividades do Março Mulher

A diretoria da Subseção de Tangará da Serra divulgou no dia 4 de março o resultado de atividades realizadas em comemoração ao mês da mulher (Março Sempre Mulher). A semana de eventos teve início no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, com café da manhã oferecido às advogadas e servidoras da vara do trabalho. No mesmo dia, no período vespertino, foi oferecido chá da tarde no fórum cível, contando com a presença de várias advogadas e servidoras.

No dia 9, houve panfletagem com apoio da Delegacia da Mulher, distribuindo folhetos alertando sobre a violência doméstica e familiar. A noite foi realizada palestra da sede da subseção sobre o mesmo tema e ainda sobre o "Os impactos da falta de gerenciamento de tempo na imagem da mulher". Houve ainda a posse da

Comissão de Direito da Mulher (CDM), coffee-break e momento beleza.

Já no dia 10, foram realizadas atividades físicas, esportivas e dança na área social da subseção. O encerramento da Semana da Mulher aconteceu no dia 11, com jantar para as profissionais do direito, ocasião que reuniu aproximadamente 100 mulheres entre advogadas, familiares e amigas.

O presidente da OAB Tangará, Kleiton Carvalho, manifestou sua satisfação com o trabalho da Comissão de Direito da Mulher recém-empossada; da CAAMT e das advogadas diretoras da subseção, que "em pouco tempo se organizaram e conseguiram realizar uma semana repleta de eventos de qualidade em prol de todas as mulheres".

Para a delegada da CAAMT, Wanessa Franchini, "a união das co-



legas para realização de todos os eventos que ocorreram é exemplo da determinação feminina em seus projetos e da união das mulheres advogadas da subseção da OABMT".

A presidente da CDM, Tássia Azevedo, disse "ser um desafio estar à frente da Comissão

de Direito da Mulher, mas que com o apoio desde já recebido de todas as colegas advogadas tem certeza que grandes conquistas virão". Exemplo dessa união, segundo a delegada da CAAMT, foi o encerramento da Semana da Mulher onde compareceram mais de 80 advogadas.



## ALTA FLORESTA

### Conduta em eleições é tema de palestra aos servidores públicos

A Subseção de Alta Floresta sediou palestra com o promotor da 24ª Zona Eleitoral Guilherme Ignácio de Oliveira e o advogado Thiago Stuchi Reis de Oliveira para tratar das "Condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral", no dia 4 de março, voltada aos funcionários públicos, vereadores e prefeitos.

"É um tema muito importante, especialmente neste ano eleitoral. E esta palestra com os agentes públicos objetiva justamente orientá-los sobre

algumas condutas que são vedadas a eles", afirmou o advogado.

O promotor eleitoral da 24ª Zona Eleitoral, Guilherme Ignácio de Oliveira, esclareceu dúvidas e orientou sobre os impedimentos durante o processo eleitoral.

Para o promotor a palestra visa evitar que o crime eleitoral aconteça, uma vez que pessoas mais informadas tendem a cometer menos delitos. "Eu entendo um aspecto tão importante quanto à fiscalização é a prevenção, porque o principal é evitar a punição", frisou.

Thiago Reis também alertou que estas condutas, quando violadas, podem ter consequências e o servidor público pode ter complicações com a justiça. "Estas condutas ao serem infringidas acarretam em diversas consequências eleitorais por improbidade administrativa, consequências criminais, administrativas e disciplinares, e cíveis também", destacou.

O prefeito de Alta Floresta Asiel Bezerra compareceu a palestra.



### Subseção de Cáceres repudia atitude de empresa por discriminação à mulher em oferta de emprego

A Subseção de Cáceres, por meio da Subcomissão dos Direitos da Mulher, tomou conhecimento de que empresas do município estão ofertando vagas de empregos (via redes sociais) para mulheres

com os seguintes requisitos: "mulheres solteiras e de boa aparência".

Para os presidentes da Subseção e da Subcomissão, Eduardo Sortica de Lima e Evely Bocardi de Miranda Saldanha, respectivamente, "tal

atitude trata-se de violação e discriminação ao direito da mulher, devendo ser combatida visando a busca pela proteção e efetivação dos direitos humanos da pessoa do trabalhador e da trabalhadora

como garantia ao reconhecimento da dignidade humana, considerando que a igualdade é concebida não como fato, mas como direito à igualdade de tratamento e oportunidades, o que permitirá a eliminação

das desigualdades sociais, na busca do ideal de justiça social".

Na avaliação dos representantes da Subseção, referida oferta de emprego "é discriminatória e injusta, vez que não assegura a igual-

dade de oportunidades para todas as mulheres e, ainda, precisa ter a chamada 'boa aparência', o que é algo muito subjetivo para contratação, ferindo duplamente o direito da mulher em busca de emprego".



# Homenagens marcam 3ª Edição do Março Sempre Mulher na Subseção de Várzea Grande

■ O mês de março é dedicado internacionalmente à figura da mulher, suas lutas, seus obstáculos históricos para a autoafirmação, suas ambições pessoais, seus desejos, que historicamente estão representados no dia 8, o Dia Internacional da Mulher.

Assim a Subseção de Várzea Grande, por meio de sua Comissão dos Direitos da Mulher, com a parceria da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Caixa de Assistência dos Advogados (CAA-MT), realizou diversas atividades de cunho social, educacional e jurídico na programação do “Março Sempre Mulher/2016”.

Para iniciar as atividades, as mulheres advogadas no dia 8 de março, foram homenageadas



com a entrega de uma linda mensagem e um bombom feito pela própria Comissão.

A programação também contou com debate de cunho jurídico e educacional com a Dra. Rosana Antunes, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, juntamente com acadêmicos e advogados, nas

Faculdades Integradas Desembargador Sávio Brandão (FAUSB), discutindo a Lei Maria da Penha e sua aplicação híbrida, na mesma ocasião também houve arrecadação de alimentos, que foram doados ao Instituto Renascer São José.

No dia 17 de março, foi realizada sessão de solene de homenagens ao Dia



Internacional da Mulher que reverenciou mulheres de destaque com entrega de prêmios. Esta é a 3ª Edição do Março Sempre Mulher e já houve a homenagem a 17 mulheres, neste ano foram oito homenageadas.

O Março Sempre Mulher de 2016 homenageou Vera Lucia Da Conceição Arruda, Neuza Fernandes Da Silva, Cleide Regina Ribeiro Nascimento, Solange Viana Kupscke, Sandra Mara Santi, Joana Fátima de Paula, Antônia Maria Gomes Alcoforado (in memoriam), e Josefina da Cruz Coelho.

Na mesma ocasião, aconteceu a posse da Comissão do Direito da Mulher da OAB/VG, sendo a Presidente a Adriana Regina Ragnini, e demais integrantes, Auryanne Conceição De Arruda, Marliesi Teixeira Correa Moraes, Juceliana Martins De Aquino, Patricia Regina Ribeiro Da

Costa Campos, Julieta Marinho Pires Cezario Ferreira, Vera Lucia Da Conceição Arruda e Tania Regina De Matos. Também houve apresentação do Planejamento/2016 de atividades da Comissão.

A primeira atividade da Comissão foi uma palestra, no Centro de

Promoção Humana (CENPRHE), mantida pelas irmãs saletinas, localizada no Bairro Santa Maria I, Várzea Grande/MT, com esclarecimentos sobre os Direitos da Mulher com ênfase no Direito Previdenciário, Trabalhista e com abordagens sobre a Violência Doméstica.



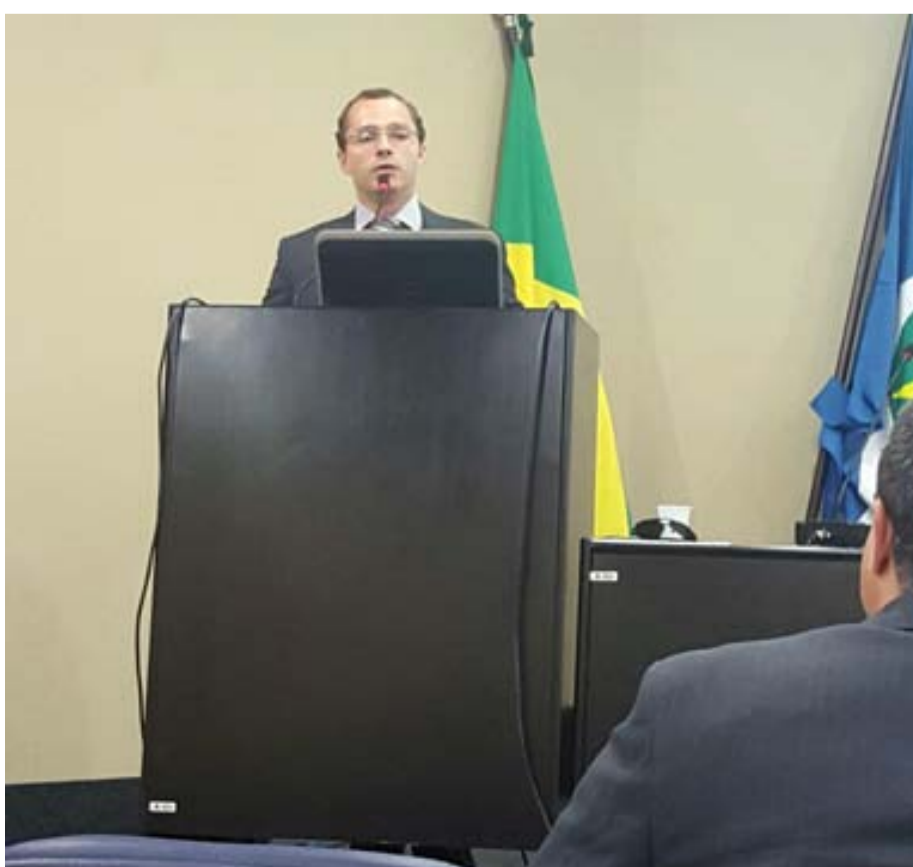
## Comissão de Defesa do Consumidor acompanha reunião pública na ALMT

■ O presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Rodrigo Palomares Maiolino, participou de uma reunião pública dos consumidores supostamente lesados pela Construtora Rodobens Negócios Imobiliários, no dia 4 de março, na Assembleia Legislativa.

Conforme um dos integrantes do movimento, Luciano Teixeira Barbosa Pinto, a empresa responderia mais de 200 processos judiciais, porém, afirma que haveria maior número de consumidores lesados.

“O evento é, portanto, de interesse coletivo e certamente será de extrema importância a participação de uma das mais importantes e atuantes Comissões da Ordem dos Advogados do Brasil”.

O movimento visa reunir elementos de prova para a investigação junto ao Ministério Público Estadual, por meio da 6ª Promotoria Cível de Cuiabá, buscando a reparação de possíveis danos. O presidente da Comissão da OAB-MT levará o caso para análise junto à Comissão.



## Comissão de Direito do Trabalho prepara ações para o mês de maio

■ A Comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) realizou reunião no dia 9 de março, para tratar dos preparativos para o mês de maio, quando é comemorado o Dia do Trabalhador. O presidente da Comissão, Marcos Martinho Avallone Pires, explicou que foram designadas subcomissões que vão atuar em diversas frentes.

As ações a serem desenvolvidas são atendimentos ao público na Praça Alencastro em Cuiabá; palestras a estudantes de escolas de nível médio ministradas por membros da Comissão; e palestras jurídicas voltadas para a advocacia com convidados da área do Direito do Trabalho.

“Estamos incentivando a criação de Comissões de Direito do Trabalho no interior do Estado e já estamos colhendo resultados. Tivemos a presença de dois membros que são de Barra do Garças e vieram especialmente para esta reunião”, observou Marcos Avallone.

O presidente também contatou o secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social, Valdinei Arruda, com o qual deve se reunir em breve para tratar da programação do Maio Trabalho.